



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº 121/2025

Minuta: 185/2025.
Processo: 337

CONTRATANTE

Município de Ponta Grossa/PR.
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.
CNPJ: 76.175.884/0001-87.
UASG: 987777.
Órgão: Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
Endereço: Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900. Ponta Grossa/PR.

OBJETO

A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten, devidamente rotulados conforme a legislação vigente (incluindo RDC nº 26/2015 da ANVISA), destinados ao atendimento de pessoas com doença celíaca cadastradas na Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional, através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA ESTA LICITAÇÃO

R\$ 157.056,00 (cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e seis reais).

DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE PREÇOS

Dia 13/11/2025 às 13:00h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por Lote/ (por grupo) - Global.

MODO DE DISPUTA

Aberto.

TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME / EPP / EQUIPARADAS

Sim

Exclusiva para Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

LINKS ÚTEIS

Compras.gov.br.
Diário Oficial do Município de Ponta Grossa/PR.
Portal da Transparência.
Portal Nacional de Contratações Públicas.
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Pregoeira: Eliana Delezuk Inglez
Portaria nº 24.647/2024
E-mail: elianadelezuk@hotmail.com
Telefone: (42) 3220-1000 – ramal 1349.
Horário: 08:00 até às 11:30 e das 12:30 até às 17:00.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Sumário

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO	1
LINKS ÚTEIS.....	1
1. DO OBJETO.....	4
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	6
3. DOS ANEXOS	6
4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR	7
5. DO REGISTRO DE PREÇOS	8
6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	8
7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO	11
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES	12
10. DA FASE DE JULGAMENTO	16
11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO.....	19
12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.....	20
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO	20
14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	22
15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO	25
16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	26
17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	27
18. DOS RECURSOS	27
19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	29
20. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	29
21. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS.....	29
22. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	29
23. CADASTRO DE RESERVA	31
24. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	31
25. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	32
26. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	32
27. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	33
28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	34
29. DO TERMO DE CONTRATO.....	36
30. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	37
31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	38
ANEXO 1	41
ANEXO 2	63



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 3	65
ANEXO 4	66
ANEXO 5	67
ANEXO 6	75
ANEXO 7	88
ANEXO 8	92



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

Torna-se público que o **Município de Ponta Grossa/PR**, através do Departamento de Compras e Contratos da Secretaria Municipal de Administração, sito à Avenida Visconde de Taunay, 950, no bairro da Ronda, nesta cidade, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 24.647/2024, realizará a licitação sob a modalidade **pregão eletrônico - SRP**, do tipo menor preço por LOTE / (por grupo) - Global, conforme descrito neste edital e seus anexos.

O presente pregão é baseado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Decreto nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, todas com as alterações posteriores e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Este edital está disponível aos interessados no Portal da Transparência, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda disponibilizado no portal do Compras.gov.br, plataforma onde será realizado o processo deste certame.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para aquisição, através de registro de preços, de gêneros alimentícios isentos de glúten, devidamente rotulados conforme a legislação vigente (incluindo RDC nº 26/2015 da ANVISA), destinados ao atendimento de pessoas com doença celíaca cadastradas na Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional, através do sistema de registro de preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e com as características constantes no **ANEXO 1** deste edital e demais.

1.2 A licitação será dividida em LOTES/grupos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse.

1.3 Grupos / Lotes / Itens

OBS.: A especificação técnica dos itens é obtida por meio de aproximações com os códigos CATMAT/CATSER, não sendo passível de edição pelo órgão promotor do certame. Assim, sempre que houver divergência entre a especificação apresentada no sistema Compras.gov.br e a descrição constante no Termo de Referência ou no Edital, prevalecerá a especificação contida no Edital.

LOTE 1 (Val. Máx. Tot: R\$ 43.680,00)						
Cód CAT/ MAT/SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Tot.(R\$)
620868	1	Pão de Forma Sem Glúten - Pacote de 300 g a 500 g. Composição sugerida: água, amido de milho, farinha de arroz, fibra vegetal (psyllium), espessante hidroxipropilmetilcelulose, óleo de girassol, proteína de soja, fermento biológico, sal,	PCT	2400	18,20	43.680,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

		fibra de cítricos, açúcar e acidificante.				
LOTE 2 (Val. Máx. Tot: R\$ 37.464,00)						
Cód CAT/ MAT/SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Tot.(R\$)
323480	1	Biscoito Doce Sem Glúten - Pacote de 100 g a 300 g. Composição sugerida: farinha de arroz (convencional ou integral), melado de cana ou açúcar (comum ou demerara), amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, óleos vegetais (milho/girassol/algodão), extrato de soja, podendo conter castanhas, maltodextrina, lecitina de soja, fermentos (fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio) e aromas.	PCT	2400	15,61	37.464,00
LOTE 3 (Val. Máx. Tot: R\$ 49.320,00)						
Cód CAT/ MAT/SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Tot.(R\$)
308149	1	Bolo Doce Sem Glúten (sabores variados) - Unidade/pacote de 200 g a 400 g. Composição sugerida: amido modificado, açúcar (comum/demerara), óleos vegetais (soja/milho), clara de ovo em pó, amidos (mandioca/milho/batata), chia em grãos, sal, estabilizantes (maltitol, hidroxipropilmetilcelulose, goma xantana), fermentos (bicarbonato de sódio, fosfatos), emulsificantes (lecitina de soja, estearoil-2-lactil lactato de sódio), conservante propionato de cálcio, aroma e acidulante.	PCT	2400	20,55	49.320,00
LOTE 4 (Val. Máx. Tot: R\$ 26.592,00)						
Cód CAT/ MAT/SERV	Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Val. Máx. Tot.(R\$)
622355	1	Biscoito Salgado Sem Glúten - Pacote de 50 g a 200 g. Composição sugerida: tapioca, extrato de soja, óleos vegetais (milho/girassol/algodão), amido, açúcar (comum/demerara), glicose	PCT	2400	11,08	26.592,00



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

		em pó, sal (comum ou light), fermentos (fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), emulsificante lecitina de soja e aroma.				
--	--	---	--	--	--	--

Valor máximo estimado para este Pregão: R\$ 157.056,00 (cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e seis reais).

1.4 Informa-se que este valor é uma estimativa inicial para a fase de lances e disputa deste pregão pelos licitantes.

1.5 As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e poderá haver a elaboração do Termo de Contrato ou a sua substituição por outro instrumento equivalente, similar e legal, da forma prevista na lei nº 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 O orçamento estimado desta licitação não será de caráter sigiloso.

2.2 A indicação da dotação orçamentária será efetivada apenas na emissão das contratações, que será vinculada à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício.

2.3 Esta licitação ocorrerá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

20.001.08.122.0010.2.192.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

2.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondente, mediante apostilamento.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA O LICITANTE VENCEDOR.

ANEXO 3 - DECLARAÇÕES CONJUNTAS.

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DAS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

ANEXO 5 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 6 - MINUTA DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO 7 - PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO.

ANEXO 8 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.

3.2 Os valores constantes do anexo 1, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação.

3.3 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DO COMPRAS.GOV.BR

4.1 Este pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia - em todas as suas fases através de **Pregão eletrônico no Compras.gov.br**.

4.2 A participação neste Pregão eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

4.4 Qualquer dúvida em relação ao acesso ao sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

4.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

4.6 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

4.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.9 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.10 Os trabalhos serão conduzidos preferencialmente por empregado efetivo municipal, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Compras.gov.br, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade competente para homologar e autorizar a contratação;
- k) declarar o vencedor;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.11 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e também todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

6.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.3 Que não estejam cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 O proponente precisa estar ciente de todos os documentos de habilitação exigidos, bem como precisa ter ciência das informações e obrigações decorrentes desta licitação.

6.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6 É vedada a participação de empresas que:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);
- b) sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto desta licitação;
- c) concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial, salvo neste caso, desde que comprove mediante certidão do juízo da recuperação condições financeiras para atender o objeto da contratação, ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- d) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- e) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- f) empresas estrangeiras que não tenham representação ou filial no País;
- g) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- h) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

i) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

j) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

k) agente público do órgão ou entidade licitante;

l) organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição.

6.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

6.8 O impedimento de que trata o item 5.13 “g” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.13 “e” e 5.13 “f” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11 O disposto nos itens 5.13 “e” e 5.13 “g” não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.13 A vedação de que trata o item 5.14, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria jurídica.

7. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

7.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

7.5 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência, para usufruir do benefício.

7.6 O fornecedor enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7 No item exclusivo para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

7.8 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (ME), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa.

7.9 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada, ou por superação dos limites de receita bruta anual, de que trata o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.

7.10 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:

a) cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações;

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

7.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 e/ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, e neste edital.

7.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.13 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.14 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.17 Caberá ao licitante interessado em participar desta licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.18 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1 O preenchimento da(s) proposta(s) no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

8.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor total do lote / grupo;
- b) marca;
- c) fabricante.

8.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na final, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.1 As propostas que ao final da disputa e da negociação estiverem com valores superiores ao máximo fixado no edital (referente ao valor unitário do item/grupo) poderão ser desclassificadas.

8.2 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.3 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8.4 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

8.5 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

8.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização competentes, após o devido processo legal.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste edital.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

9.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Comissão de Apoio e os licitantes.

9.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 Ante a previsão contida no art. 19 da IN nº 73/2022, Acórdão nº 1.625/2021 - TCU-Plenário, visando coibir a oferta de descontos irrisórios por parte de licitantes, prática que prejudicaria a competitividade em certames e, por consequência, a obtenção de melhores propostas, e como não há determinação nas normativas em relação ao valor a ser estabelecido para o intervalo mínimo entre lances, o qual fica submetido ao critério discricionário do órgão contratante, fica definido que:

a) a estipulação do percentual a ser definido no edital está na esfera discricionária do órgão, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, à medida que a legislação não determina o valor que se deve nele inserir;

b) diante disso, poderá ser estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta poderá ser de 0,5% (cinco décimas por cento), podendo ser convertido em valor numérico (R\$ - reais) conforme artigo 57 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.15 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021.

9.16 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem,



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

9.17 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.19 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.20 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

9.21 Nessas condições, as propostas de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.22 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.23 Caso a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382/2025;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.27 Em conformidade com o disposto no art. 60, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como critério de desempate entre duas ou mais propostas o desenvolvimento de programa de integridade pelos licitantes, esta Administração Pública Municipal informa que adotará tal critério neste certame, seguindo as regras da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025 até que haja regulamentação específica local, para não comprometer a isonomia, a transparência e a segurança jurídica do processo licitatório.

9.28 A comprovação, caso seja exigida, pode se dar através de documentos que descrevem a estrutura do programa, como a cópia do Código de Ética e Conduta, cópia dos Relatórios de Implementação e Monitoramento do Programa atestando a realização de avaliações de risco, treinamentos, canais de denúncia e a resposta a desvios.

9.29 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

9.30 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.32 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

9.33 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.34 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.35 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.36 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

9.37 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.38 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.13 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicaf;
- b) Regularidade referente a punições vigentes aplicadas mediante a apresentação da Certidão Negativa Correicional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa - CNJ;
- d) Consulta consolidada de pessoa jurídica - TCU;
- e) Cadastro de restrições ao direito de contratar / exercer cargo em comissão - TCE/PR;
- f) Cadastro de empresas penalizadas - PMPG/PR.

10.2 Poderá o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, a seu critério, promover a juntada das certidões do item 10.1, juntamente com os documentos de habilitação. A não apresentação dos documentos acima não acarretará na inabilitação do licitante.

10.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

10.4 Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro/Comissão de Apoio diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.7 Constatada a existência de sanção impeditiva, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.9 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.10 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

10.11 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

10.12 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

10.13 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.14 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, especialmente quando os valores de desconto ofertados forem superiores a 50% (cinquenta por cento), deverá o Pregoeiro/Comissão de Apoio conceder prazo de 24 horas para o licitante demonstrar documentalmente a exequibilidade de sua proposta comercial, tendo em vista a inversão do ônus da prova, conforme Acórdão nº 1.927/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR e conforme Instrução Normativa nº 73/2022, art. 34.

10.15 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.16 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.17 Para fins de julgamento da proposta, será considerada a proposta final enviada pelo licitante. Privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para o município de Ponta Grossa/PR, o licitante poderá, mediante justificativa, corrigir ou alterar a marca ou modelo do item, com a anuência da Administração Pública. Esta julgará a proposta final do licitante, observando as especificações do item com base no Termo de Referência.

10.18 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

10.19 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

10.20 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

10.21 Por meio de mensagem no sistema, ou através do edital/Termo de Referência constará e será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

10.22 Os resultados das avaliações serão publicados em Diário Oficial do Município (DOM), juntados ao processo eletrônico e divulgados por meio de anexos no sistema.

10.23 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Comissão indicada no Termo de Referência, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada e o licitante será considerado inabilitado/desclassificado.

10.24 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Comissão de Apoio analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.25 O Pregoeiro/Comissão de Apoio realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

10.26 O Pregoeiro/Comissão de Apoio concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73/2022.

10.27 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.28 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.29 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, através de e-mail ou do campo próprio do sistema, no prazo máximo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.30 O prazo estabelecido no item acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio.

10.31 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.32 Dessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas.

10.33 Havendo necessidade, o Pregoeiro/Comissão de Apoio suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

10.34 O Pregoeiro/Comissão de Apoio poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

10.35 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.36 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro/Comissão de Apoio verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

11. DA DISPUTA NO SISTEMA ABERTO

11.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

11.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.6 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.8 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, somente durante a disputa de lances.

11.9 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

11.10 O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.11 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Comissão de Apoio persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

11.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

11.14 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

12. DOS PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

12.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via chat de comunicação do pregão para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) que se enquadrem no limite estabelecido, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) não sendo vencedora a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A habilitação dos fornecedores não será verificada exclusivamente por meio do SICAF, devendo o licitante apresentar os documentos de habilitação exigidos no item 14, bem como os anexos do edital. Portanto, a apresentação do documento do SICAF não substitui a apresentação dos documentos de habilitação do item 14.

13.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

13.5 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.6 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (10% A 30%, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRESCIMO) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

13.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos ou nos documentos exigidos no edital.

13.8 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.10 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.11 A verificação pelo Pregoeiro/Comissão de Apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.12 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente do tipo PDF, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da convocação/solicitação do Pregoeiro/Comissão de Apoio.

13.13 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

13.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.15 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.16 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

13.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.12, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, para sanear os comprovantes de habilitação para atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame, no prazo mínimo de duas horas para:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- a) a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

13.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.19 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Comissão de Apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.24 A condição de pré-existência do documento de habilitação será avaliada, tendo por base a data de abertura da sessão pública do certame quanto ao licitante vencedor, e a data do aceite, após a convocação, quanto aos licitantes remanescentes.

13.25 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de duas horas até cinco dias úteis, a depender da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. (Art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

13.26 Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

14. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. Da inserção de documentos

14.1.1. Os licitantes deverão apresentar a situação de regularidade na forma dos artigos 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021, sendo os documentos a serem apresentados para cumprimento destas exigências conforme relação abaixo.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

14.1.2. Não serão aceitos documentos enviados via e-mail.

14.1.3. Documentos encaminhados e que estejam ilegíveis, impossibilitando a análise por parte do Pregoeiro, poderão sofrer diligência para sanar a dúvida.

14.1.4. A proposta final e os documentos de habilitação e documentação técnica deverão ser anexados em campo próprio no sistema Compras.Gov no prazo de até 2 (duas) horas após o término da fase de disputa do certame, preferencialmente em formato PDF. Somente da empresa indicada como vencedora.

14.1.5. Em relação as assinaturas dos documentos exigidos no momento da habilitação, todos deverão estar assinados, podendo ser de forma digital, eletrônica, física ou com firma reconhecida em cartório, pelo representante legal da proponente.

14.1.6. Recomenda-se que preferencialmente sejam no formato digital ou eletrônico.

14.2. Da habilitação jurídica

14.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

14.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

14.2.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.

14.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista

14.3.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) ou prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**).

14.3.2. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

14.3.3. No caso de municípios que mantêm **Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados**, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

14.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.

14.3.5. Prova de regularidade relativa à **Fazenda Nacional**, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, através da **Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

14.3.6. Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943. (Inciso incluído pela Lei nº 12.440/2011).

14.3.7. Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

14.3.8. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Caso seja isento a licitante deverá apresentar declaração informando tal situação ou a declaração narrativa).

14.4. Da habilitação econômico-financeira

14.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante.

14.4.2. Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

14.4.3. A certidão negativa de falência do Distrito Federal, só será aceita, quando a empresa licitante tiver sua sede naquela unidade federativa.

14.5. Da habilitação técnica-profissional e/ou operacional

14.5.1. Registro ou licença sanitária do estabelecimento fabricante ou distribuidor, emitida pela Vigilância Sanitária;

14.5.2. Comprovação de cumprimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF) aplicáveis a alimentos sem glúten.

14.5.3. Apresentação de laudos recentes emitidos por laboratório acreditado (Cgcre/INMETRO ou equivalente), atestando conformidade com teor de glúten < 20 ppm e demais especificações do produto.

14.5.3.1. O laudo laboratorial exigido deverá ser emitido por laboratório acreditado pela CGCRE/INMETRO e ter data de emissão não superior a 12 (doze) meses; para itens frescos/sensíveis recomenda-se até 6 (seis) meses

14.5.4. Apresentar notas fiscais ou contratos de fornecimento de produtos similares;

14.5.5. Declarações de capacidade técnica de clientes privados ou públicos, indicando produtos fornecidos e atendimento às especificações técnicas;

14.5.6. Relatórios internos ou certificações próprias, que comprovem a produção de alimentos em conformidade com normas de segurança alimentar;

14.5.7. Comprovar ter equipe técnica ou profissional capacitado, para garantir manipulação adequada dos produtos

14.6. Da participação de empresas em consórcio

14.6.1. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, além dos documentos exigidos acima, devem ser apresentados os seguintes:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

14.7. Das declarações

14.7.1. A(s) declaração(ões) devem(rão) ser assinada(s), podendo ser de forma digital, eletrônica ou física pelo representante legal da proponente, com timbre e identificação da empresa e com data:

- a) declaração conjunta.
- b) declaração das normas de medicina e segurança do trabalho.

14.7.2. Poderá ser utilizado o(s) modelo(s) da(s) declaração(ões) no(s) anexo(s) do edital.

14.7.3. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

14.7.4. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) / sociedades cooperativas, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

14.7.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do artigo 43 da Lei nº 147/2014.

14.7.6. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.7.7. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

14.7.8. As declarações falsas relativas ao cumprimento de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das sanções cíveis e criminais.

14.7.9. Na falta de validade expressa nas Certidões Negativas e/ou documentos emitidos sem prazo de validade, deverão ser apresentados com data de emissão inferior ou igual 90 (noventa) dias corridos.

15. DA PROPOSTA FINAL ESCRITA E DO FORNECIMENTO

15.1.1. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

15.1.2. Não serão aceitos documentos para habilitação enviados via Correios ou via e-mail.

15.1.3. Documentos técnicos e amostras solicitados no edital, serão analisados pela Comissão Técnica da secretaria solicitante.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

15.1.4. Após a emissão do empenho ou Termo de Contrato a empresa será convocada para entrega do objeto.

15.1.5. Em se tratando de compras, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco dias da efetiva entrega do objeto, pelo fiscal do Termo de Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.1.6. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até dez dias da efetiva entrega do objeto.

15.1.7. Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

15.1.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante relatório de fiscalização.

15.1.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.1.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Contrato.

15.1.12. Em caso de necessidade a contratada poderá solicitar adiamento de prazo de entrega desde que plenamente justificado e aceito pela Administração e que o adiamento não traga transtornos as atividades de atendimento à população e aos servidores desta.

15.1.13. Caso haja problemas na inserção dos documentos a empresa deverá entrar em contato com o suporte do sistema eletrônico, para saná-los, por meio da Central de Atendimento pelo telefone: **0800 978 9001** ou pelo Portal de Atendimento: <https://portaldeservicos.gestao.gov.br/>.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

16.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados via sistema eletrônico - chat - para acompanhar a sessão reaberta.

17. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório, e deverão ser encaminhados via e-mail informado no edital.

17.2 Caberá ao Pregoeiro encaminhar a petição sobre esclarecimentos e impugnações, apoiado pelo setor técnico responsável ou pela Procuradoria Jurídica, conforme o caso.

17.3 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (razão social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e/ou e-mail).

17.4 Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro e divulgados em sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência) no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 e art. 81 do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

17.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6 Quaisquer pessoas são partes legítimas, inclusive os interessados em participar da licitação, poderão impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 em até três dias úteis, antes da realização do certame, devendo se manifestar via e-mail, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o pedido aos responsáveis para análise e decisão sobre a impugnação.

17.7 A resposta à impugnação será divulgada no sítio eletrônico oficial do município de Ponta Grossa/PR (Portal da Transparência), no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.8 As impugnações poderão suspender os prazos previstos no certame.

17.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.10 A petição pleiteando a impugnação deverá ser direcionada ao Pregoeiro, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

17.11 A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, poderá não ser conhecida.

17.12 Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

18. DOS RECURSOS

18.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 O prazo recursal é de três dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

18.3 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção em campo próprio de sistema, que será incluído no processo da licitação, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de três dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, que se encontra definida no Decreto Municipal nº 21.500/2023, em seu art. 16, inciso VIII.

18.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: Portal da Transparência.

18.11 A falta de manifestação no prazo estabelecido em edital, autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

18.12 A manifestação deve especificar o fato que justifica a alegação de inexecutabilidade da proposta, de não atendimento de requisito de habilitação, ou de outra causa que impõe a revisão do ato que declarou o vencedor do certame.

18.13 Os recursos deverão conter a qualificação do recorrente, a decisão recorrida, as razões do recurso, o pedido de nova decisão e já deverão ser instruídos com todos os documentos que o recorrente achar pertinente para a comprovação das suas alegações.

18.14 O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste Pregão.

18.15 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

18.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital se excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

18.17 A decisão final proveniente das impugnações e recursos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal da Transparência juntamente com o parecer jurídico, sendo que deste ato não caberá recurso.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado / homologado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 21.500/2023.

20. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 Poderá ser admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, desde que prevista no Termo de Referência.

21. PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

21.2 Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

22. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantagem.

22.2. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração.

22.3. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.6. Será incluído na ata:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;

b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;

c) o valor total estimado para aquisição;

d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;

e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição.

22.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.8. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

22.9. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, nas condições estabelecidas no edital da licitação, válida por um 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados.

22.10. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. O ato de prorrogação da vigência deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

22.11. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

22.12. Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes e/ou entes, devidamente autorizados pelo órgão gerenciador, mediante consulta das informações de consumo dos exercícios anteriores.

22.13. Diante da prorrogação da vigência e renovação do saldo original, os limites de adesões previstas nos § 4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 serão todos restabelecidos, não cumulando com adesões do período anterior.

22.14. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora do mesmo objeto, sem prejuízo das disposições do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

22.15. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

22.16. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

22.17. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro.

22.18. Com relação aos acréscimos ou supressões só será possível quando houver instrumento de contrato.

22.19. Havendo alteração na Ata, estas poderão ser realizadas por aditivo.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

22.20. A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no sistema de registro de preços.

22.21. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.22. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

22.23. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.24. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

22.25. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

22.26. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, formalizado via aditivo contratual.

23. CADASTRO DE RESERVA

23.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) mantiverem sua proposta original.

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

23.3. O registro a que se refere o item 26.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

23.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- b) quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

23.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

24. CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

24.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

24.2. Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

24.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

24.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

24.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

24.6. Havendo alteração contratual, estas poderão ser realizadas por aditivo.

24.7. A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal nº 21.635/2023.

24.8. Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

25. ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

25.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021.

25.2. Em caso de elevação dos preços registrados, devidamente comprovados, a readequação dos valores será precedida de análise criteriosa de acordo com o Decreto Municipal nº 21.500/2023 e orientações da Procuradoria Geral do Município.

25.3. O reequilíbrio de preços será realizado por termo aditivo.

26. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

26.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

26.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

26.3. Na hipótese prevista no item 24 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

26.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

26.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

26.6. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável.

26.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será convocado os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

26.8. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

26.9. Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

26.10. A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

27. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

27.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

27.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

27.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

27.5. O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

28. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

28.2. Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

28.3. Multa compensatória

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

28.3.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida, porém não restar frustrado o certame;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

28.3.2. De 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- a) para aquele que deixar de entregar a documentação exigida, e em razão disso restar frustrado o certame;
- b) para aquele que não mantiver a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;
- c) em caso de recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, o Termo de Contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido;
- d) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

28.3.3. De 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato;

28.3.4. De 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do Termo de Contrato.

28.4. Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta por cento) do valor contratado. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade;
- b) descontado do valor da garantia prestada;
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis;
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

Em caso de não cumprimento da obrigação de pagamento, por parte da Administração Pública Municipal, nas datas estabelecidas no art. 87 do Decreto Municipal nº 21.500/2023 ou edital, caberá a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado entre o termo final para adimplemento e a data do efetivo pagamento.

28.5. Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

28.5.1. Impedimento pelo período de 06 (seis) meses a 01 (um) ano.

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, porém não restar frustrado o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

28.5.2. Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

a) dar causa à inexecução parcial do Termo de Contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

28.5.3. Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, e em razão disso restar frustrado o certame;

b) não manter a proposta, e em razão disso restar frustrada a contratação;

c) não celebrar o Termo de Contrato, não assinar a ata de registro de preço ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

28.5.4. Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução total do Termo de Contrato.

28.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Termo de Contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Termo de Contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

28.7. Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 o contratado está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mesmo.

28.8. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

28.9. Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

29. DO TERMO DE CONTRATO

29.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

29.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

29.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

a) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de cinco dias para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

29.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

29.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

29.6. A Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) do Município de Ponta Grossa/PR poderão se beneficiar dos quantitativos contratados, conforme previsto no edital e no Termo de Referência (anexo 1).

29.7. A participação se dará mediante manifestação formal das entidades interessadas, observando os procedimentos administrativos cabíveis.

29.8. Os quantitativos previstos poderão ser ajustados conforme necessidade da Administração Direta e/ou Indireta, respeitando os limites definidos no instrumento convocatório.

29.9. Cada ente ou entidade participante firmará seu próprio contrato, assegurando os quantitativos especificados no Termo de Referência, garantindo a execução do objeto conforme as especificações estabelecidas.

30. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

30.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) o órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

30.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

30.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

30.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

31.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro informará nova data e horário, via sistema, desde que não haja comunicação em contrário.

31.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

31.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

31.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

31.10. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.Gov (Catmat/Catserv) e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

31.11. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial do Município de Prefeitura de Ponta Grossa/PR - [Portal da Transparência](#).

31.12. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

31.13. É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

31.14. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

31.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

31.16. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

31.17. O Município de Ponta Grossa/PR poderá:

a) anular a licitação se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

b) revogar a presente licitação, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

31.18. A contratada não terá direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

31.19. A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

31.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Ponta Grossa/PR.

31.21. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 124, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021.

31.22. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

31.23. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

31.24. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ponta Grossa/PR, 24 de outubro de 2025.

Assinado por:

Camila Calisto Sanches

24/10/2025 - 17:42

SS2YG04HTVSTXHAZJFQNF

Camila Calisto Sanches

Secretária da Família e Desenvolvimento Social



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

TERMO DE REFERÊNCIA - SRP

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ISENTOS DE GLÚTEN

Órgão gerenciador: Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social – SMFDS.

CNPJ: 76.175.884/0001-87.

Endereço: Rua Balduino Taques, nº 445, Centro, 3º andar, Ponta Grossa/PR – 84010-050.

Fone: (42) 3220-1048 – ramal 2396.

Endereço eletrônico: smfdscompraslicitacao@gmail.com

SEI: 099502/2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6ª, XXIII ‘a’ ‘i’ Lei 14.133/2021)

1.1 Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten, devidamente rotulados conforme a legislação vigente (incluindo RDC nº 26/2015 da ANVISA), destinados ao atendimento de pessoas com doença celíaca cadastradas na Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social de Ponta Grossa/PR. O fornecimento será realizado mediante entregas parceladas sob demanda, por meio de Pregão Eletrônico com Ata de Registro de Preços, observando-se as quantidades e especificações definidas no Termo de Referência.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Especificações
1	Pão de Forma Sem Glúten - Pacote de 300 g a 500 g. Composição sugerida: água, amido de milho, farinha de arroz, fibra vegetal (psyllium), espessante hidroxipropilmetilcelulose, óleo de girassol, proteína de soja, fermento biológico, sal, fibra de cítricos, açúcar e acidificante.	PCT	2400	Rotulagem obrigatória “NÃO CONTÉM GLÚTEN”; embalagem original, íntegra e lacrada; validade mínima de 2/3 do prazo total ou ≥90 dias.
2	Biscoito Doce Sem Glúten - Pacote de 100 g a 300 g. Composição sugerida: farinha de arroz (convencional ou integral), melado de cana ou açúcar (comum ou demerara), amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, óleos vegetais (milho/girassol/algodão), extrato de soja, podendo conter castanhas, maltodextrina, lecitina de soja,	PCT	2400	Rotulagem obrigatória “NÃO CONTÉM GLÚTEN”; conformidade com RDC nº 26/2015/ANVISA; embalagem lacrada, íntegra e original.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

	fermentos (fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio) e aromas.			
3	Bolo Doce Sem Glúten (sabores variados) - Unidade/pacote de 200 g a 400 g. Composição sugerida: amido modificado, açúcar (comum/demerara), óleos vegetais (soja/milho), clara de ovo em pó, amidos (mandioca/milho/batata), chia em grãos, sal, estabilizantes (maltitol, hidroxipropilmetilcelulose, goma xantana), fermentos (bicarbonato de sódio, fosfatos), emulsificantes (lecitina de soja, estearoil-2- lactil lactato de sódio), conservante propionato de cálcio, aroma e acidulante.	PCT	2400	Produto isento de glúten; embalagem original, lacrada e devidamente rotulada; validade mínima de 2/3 do prazo total ou ≥90 dias
4	Biscoito Salgado Sem Glúten - Pacote de 50 g a 200 g. Composição sugerida: tapioca, extrato de soja, óleos vegetais (milho/girassol/algodão), amido, açúcar (comum/demerara), glicose em pó, sal (comum ou light), fermentos (fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio), emulsificante lecitina de soja e aroma.	PCT	2400	Rotulagem obrigatória "NÃO CONTÉM GLÚTEN"; validade mínima de 2/3 do prazo total ou ≥90 dias; ausência de risco de contaminação cruzada.

1.1.1 Especificações:

Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos gerais:

a) Qualidade e Segurança Alimentar

- Todos os produtos deverão ser isentos de glúten, com rotulagem obrigatória da expressão "NÃO CONTÉM GLÚTEN", conforme Lei nº 10.674/2003.
- Os produtos devem atender à RDC nº 26/2015/ANVISA (rotulagem de alergênicos), à RDC nº 359/2003 (informações nutricionais) e demais normas sanitárias vigentes.
- As embalagens devem ser originais de fábrica, íntegras, lacradas e devidamente rotuladas, contendo informações sobre: nome do produto, marca, lote, data de fabricação e validade.
- A validade mínima, no ato da entrega, deverá ser de 2/3 do prazo total do produto ou, no mínimo, 90 (noventa) dias, sendo obrigatória a padronização da forma de cálculo para evitar divergências.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- Os fornecedores devem garantir a ausência de contaminação cruzada durante os processos de fabricação, transporte e armazenamento.
- Quando solicitado, deverá ser apresentado laudo laboratorial emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO/Cgcre, comprovando a ausência de glúten (método ELISA R5 ou equivalente validado, limite < 20 ppm).

b) Especificações Técnicas por Item

- Item 01 – Pão de Forma Sem Glúten: Pacotes de 300 g a 500 g, conforme composição mínima sugerida: amido de milho, farinha de arroz, psyllium, óleo vegetal, proteína de soja, fermento biológico etc.
- Item 02 – Biscoito Doce Sem Glúten: Pacotes de 100 g a 300 g, conforme composição mínima sugerida: farinha de arroz, melado de cana ou açúcar demerara, óleos vegetais, extrato de soja etc.
- Item 03 – Bolo Doce Sem Glúten: Unidades/pacotes de 200 g a 400 g, em sabores variados, conforme composição mínima sugerida: amidos, óleos vegetais, clara de ovo em pó, chia em grãos etc.
- Item 04 – Biscoito Salgado Sem Glúten: Pacotes de 50 g a 200 g, conforme composição mínima sugerida: tapioca, óleos vegetais, extrato de soja, sal, fermentos etc.
- Todos os fornecedores deverão comprovar a composição dos produtos através de laudo. Recomenda-se, quando aplicável, a inclusão de informações nutricionais básicas conforme RDC nº 359/2003.

c) Logística e Entrega

- As entregas deverão ocorrer de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação da Administração.
- Prazo máximo de entrega: 15 (quinze) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento.
- Local de entrega: Panificadora Tia Nastácia, Rua Tobias Monteiro, 58, Centro, Ponta Grossa/PR, de segunda a quinta-feira, das 09h às 16h.
- Produtos em desacordo com as especificações deverão ser substituídos em até 48h, sem ônus para a Administração.
- O recebimento será acompanhado por responsável designado



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

pela Administração, que conferirá quantidade, qualidade e conformidade dos produtos.

- Sempre que necessário, devem ser observadas condições adequadas de transporte e armazenamento, garantindo a integridade e segurança alimentar dos produtos.

d) Sustentabilidade e Preferência

- Será dada preferência a fornecedores locais e regionais, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, assegurando tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas (ME/EPP) na fase de julgamento das propostas.
- A preferência será aplicada quando houver propostas com valores iguais ou compatíveis, observando critérios objetivos de pontuação e fomentando o comércio local.
- Recomenda-se a utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, reduzindo impactos ambientais e alinhando a contratação com os princípios de desenvolvimento sustentável da Lei nº 14.133/2021.

2. VIGÊNCIA

- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, com eficácia a partir de um dia útil após sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- A vigência poderá ser prorrogada, desde que mantida a vantajosidade para a Administração, a seu exclusivo critério, mediante formalização por ato administrativo.
- Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- A execução do fornecimento se dará a partir da emissão da ordem de fornecimento ou autorização formal pela Administração.
- A Ata de Registro de Preços e o contrato decorrente dela contêm regras complementares que deverão ser observadas pelo fornecedor durante a execução do objeto.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

3. PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇO

Para definição do valor estimado da presente contratação, procedeu-se à pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 (ou normativo municipal equivalente).

Foram consultados orçamentos de fornecedores especializados em alimentos sem glúten, conforme segue:

- **Di Mangiare Alimentos LTDA**
- **Donna Asta Sem Glúten**
- **Empório Celíaco Ltda**

Com base nas cotações recebidas, elaborou-se o seguinte Mapa de Preços:

PLANILHA DE PREÇOS - CELÍACOS											
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	FORNECEDOR 1 Di Mangiare	FORNECEDOR 2 DONNA ASTA	FORNECEDOR 3 Empório	Internet	MÉDIA	MEDIANA	VALOR DE REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA TOTAL
1	Pão de Forma Sem Glúten	2.400	pacote	R\$ 16,22	R\$ 11,90	R\$ 20,99	R\$ 21,71	R\$ 18,20	R\$ 20,99	R\$ 18,20	R\$ 43.680,00
2	Biscoito Doce Sem Glúten	2.400	pacote		R\$ 11,40	R\$ 17,49	R\$ 17,95	R\$ 15,61	R\$ 17,49	R\$ 15,61	R\$ 37.464,00
3	Bolo Doce Sem Glúten	2.400	pacote	R\$ 16,06	R\$ 11,50	R\$ 26,15	R\$ 28,48	R\$ 20,55	R\$ 21,11	R\$ 20,55	R\$ 49.320,00
4	Biscoito Salgado Sem Glúten	2.400	pacote		R\$ 11,40	R\$ 11,45	R\$ 10,39	R\$ 11,08	R\$ 11,40	R\$ 11,08	R\$ 26.592,00
- Esta pesquisa de preços foi realizada de acordo com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021 e o Capítulo VIII do Decreto Municipal 21.500/2023.										Total	R\$ 157.056,00
Responsável pela elaboração da planilha de preços:											20/10/2025

Para a estimativa orçamentária, adotou-se a menor cotação por item, totalizando R\$ 157.056,00 (cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e seis reais).

O valor estimado é referencial, servindo de base para a contratação, que será formalizada conforme a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 18 do Decreto 22.216/2023 e demais normas aplicáveis.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base na pesquisa sistematizada de preços, que considerou as propostas apresentadas pelas empresas:

- Di Mangiare Alimentos Ltda.,
- Donna Asta Sem Glúten.
- Empório Celíaco Ltda.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Foram analisados os preços unitários ofertados para cada item, calculando-se a média, a mediana e a menor cotação. Para efeito de estimativa orçamentária, adotou-se o critério da menor cotação por item, garantindo um valor referencial compatível com o mercado.

O Mapa de Preços com os valores estimados por item é apresentado a seguir:

Item	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Ref. Unitário (R\$)	Valor Ref. Total (R\$)
01	Pão de Forma Sem Glúten	2.400	Pacote	18,20	43.680,00
02	Biscoito Doce Sem Glúten	2.400	Pacote	15,61	37.464,00
03	Bolo Doce Sem Glúten	2.400	Pacote	20,55	49.320,00
04	Biscoito Salgado Sem Glúten	2.400	Pacote	11,08	26.592,00

O valor total estimado da contratação é de R\$ 157.056,00 (cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e seis reais).

Ressalta-se que este valor:

- Serve apenas como parâmetro de referência para abertura do procedimento licitatório;
- Não constitui obrigação de aquisição integral, devendo atender à demanda conforme necessidade da Administração;
- É considerado base para análise da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 22.216/2023.

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII 'b' Lei 14.133/2021)

Nos termos do art. 6º, XXIII, "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação é fundamentada nos seguintes elementos:

a) Necessidade da Administração

A aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten é essencial para garantir a continuidade do Programa de Apoio Alimentar a pessoas diagnosticadas com doença celíaca, cadastradas junto à Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Município de Ponta Grossa/PR.

b) Adequação do Objeto

O objeto definido (aquisição de pães, biscoitos doces e salgados e bolos sem glúten) foi dimensionado de acordo com o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Documento de Formalização da Demanda (DFD), assegurando:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- Pertinência do quantitativo anual estimado;
- Compatibilidade das especificações técnicas com a legislação sanitária vigente (Lei nº 10.674/2003, RDC nº 26/2015/ANVISA e, quando aplicável, RDC nº 359/2003 para informações nutricionais).

c) Justificativa de Preço:

O valor estimado da contratação foi definido com base na pesquisa sistematizada de preços realizada junto a fornecedores locais e regionais, adotando-se a menor cotação por item, garantindo critérios de economicidade e vantajosidade para a Administração.

d) Viabilidade da Contratação

O procedimento será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, sob a forma de Registro de Preços, permitindo a contratação futura conforme a necessidade da Administração, com entregas parceladas e sob demanda, sem gerar obrigação de aquisição integral do quantitativo registrado.

e) Atendimento à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Local:

A contratação fomentará o mercado especializado de alimentos sem glúten, estimulando fornecedores locais e regionais, em consonância com a LC nº 123/2006, aplicando preferência a ME/EPP locais quando houver propostas equivalentes, e observando os critérios de desenvolvimento sustentável previstos no art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

6. SOLUÇÃO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei 14.133/2021)

A solução proposta contempla todas as fases do ciclo de vida do objeto, assegurando eficiência, economicidade e sustentabilidade:

a) Planejamento e Definição do Objeto

- O objeto foi dimensionado com base em estudo técnico preliminar e demanda formalizada, garantindo a adequação do quantitativo e das especificações às necessidades da Administração.
- As embalagens e os padrões de rotulagem observam integralmente a legislação sanitária, reduzindo riscos de desperdício, devolução ou litígio contratual.

b) Aquisição e Fornecimento

- A utilização do Registro de Preços permite aquisições parceladas sob demanda, evitando estoques excessivos e perda de produtos por validade expirada.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- A escolha pela modalidade Pregão Eletrônico amplia a competitividade, possibilitando melhores condições de preço e qualidade.

c) Uso e Logística

- As entregas ocorrerão de forma programada, conforme necessidade do órgão, reduzindo custos logísticos e garantindo maior frescor e validade dos alimentos.
- O local de entrega foi previamente definido, em condições adequadas de armazenamento e recebimento, o que contribui para a manutenção da qualidade do produto até o consumo.

d) Sustentabilidade e Impacto Ambiental

- Estimula-se a participação de fornecedores locais e regionais, reduzindo emissões no transporte e fortalecendo a economia local.
- Recomenda-se a utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, alinhadas às políticas de desenvolvimento sustentável.

e) Descarte e Pós-Uso

- As embalagens descartáveis devem seguir as normas de separação e destinação adequada de resíduos, favorecendo a reciclagem.
- Produtos que, eventualmente, apresentem defeitos ou inconformidades deverão ser substituídos sem ônus à Administração, assegurando a continuidade do atendimento ao público-alvo.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

a) Requisitos Técnicos e de Qualidade

- Todos os produtos deverão ser isentos de glúten, com rotulagem obrigatória "NÃO CONTÉM GLÚTEN", conforme Lei nº 10.674/2003.
- Observância da RDC nº 26/2015/ANVISA quanto à rotulagem de alergênicos.
- Produtos entregues em embalagens originais, íntegras e devidamente lacradas, com informações de lote, fabricação e validade.
- Prazo de validade mínima: 2/3 do prazo total ou, no mínimo, 90 dias no ato da entrega.
- Garantia de ausência de contaminação cruzada durante fabricação, transporte e armazenamento.

b) Requisitos de Logística e Entrega



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- As entregas deverão ser parceladas e sob demanda, conforme solicitação da Administração.
- Prazo máximo de entrega: 15 (quinze) dias úteis após emissão da ordem de fornecimento.
- Local de entrega: Panificadora Tia Nastácia, Rua Tobias Monteiro, nº 58, Centro, Ponta Grossa/PR, de segunda a quinta-feira, das 09h às 16h.
- Produtos em desconformidade deverão ser substituídos em até 48 horas, sem ônus para a Administração.

c) Requisitos de Sustentabilidade

- Priorizar fornecedores locais e regionais, em observância à LC nº 123/2006 e ao art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da competitividade.
- Recomenda-se o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, reduzindo impactos ambientais e alinhando-se às políticas de desenvolvimento sustentável.

d) Requisitos de Documentação e Regularidade

- Os fornecedores deverão apresentar documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Quando solicitado, deverá ser apresentado laudo laboratorial de análise de glúten, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO/Cgcre, utilizando método validado (ELISA R5 ou equivalente, limite < 20 ppm).

e) Requisitos de Contratação

- O fornecimento será formalizado por Pregão Eletrônico na forma de Registro de Preços, com vigência de 12 meses, prorrogável nos termos da lei.
- A contratação futura dependerá da necessidade da Administração, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados.

8. DA GARANTIA DO PRODUTO / SERVIÇO

Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, em especial quanto à obrigatoriedade de serem isentos de glúten, devidamente rotulados conforme a Lei nº 10.674/2003 e a RDC nº 26/2015/ANVISA. A garantia mínima compreende:

a) Prazo de validade

- No ato da entrega, cada produto deverá apresentar prazo de validade igual ou superior a 2/3 (dois terços) do total estabelecido pelo fabricante ou, no mínimo,



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

90 (noventa) dias.

b) Condições de conservação:

- Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, íntegras e lacradas, preservando suas características físico-químicas e nutricionais.

c) Substituição:

- Quaisquer produtos entregues em desconformidade com as especificações ou que apresentem defeitos deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para a Administração.
- Eventuais custos de transporte, recolhimento ou substituição de produtos defeituosos ou em desacordo correrão integralmente por conta da contratada.

9. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

A apresentação de amostras será exigida exclusivamente do licitante classificado em primeiro lugar, após a fase competitiva, como condição para adjudicação do objeto.

A exigência justifica-se pela necessidade de:

- Assegurar a qualidade e segurança alimentar dos produtos destinados a pessoas com doença celíaca, público sensível que não pode consumir glúten em nenhuma quantidade;
- Verificar a conformidade da rotulagem, validade, composição e integridade das embalagens;
- Avaliar aspectos sensoriais dos alimentos (textura, sabor, odor e aparência), que impactam a aceitabilidade pelos beneficiários;
- Reforçar o controle de qualidade, prevenindo o fornecimento de itens inadequados ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

I. Condições para apresentação

O licitante convocado deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, 1 (uma) unidade de cada item ofertado, obedecendo às seguintes condições:

- Embalagem: original de fábrica, íntegra, lacrada, sem sinais de violação;
- Rotulagem obrigatória: expressão “NÃO CONTÉM GLÚTEN”, marca, lote, fabricante, data de fabricação, prazo de validade e composição;
- Prazo de validade: igual ou superior a 2/3 (dois terços) do prazo total



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

estabelecido pelo fabricante, ou, no mínimo, 90 (noventa) dias de validade remanescente a partir da data de entrega;

- Entrega: no endereço e horário indicados pela Administração, mediante registro formal de recebimento;
- Custos: correrão por conta do licitante; as amostras não serão devolvidas.

II. Critérios de avaliação das amostras

A comissão de avaliação verificará os seguintes aspectos:

a) Conformidade documental e de rotulagem

- Aprovado: rotulagem clara, completa e legível, incluindo a expressão obrigatória “NÃO CONTÉM GLÚTEN”, dados de lote, fabricante, validade e composição.
- Reprovado: ausência, inconsistência ou ilegibilidade dessas informações.

b) Prazo de validade

- Aprovado: validade igual ou superior a 2/3 do prazo total do fabricante ou, no mínimo, 90 dias.
- Reprovado: validade inferior ao limite estabelecido.

c) Integridade física e aspectos sensoriais

- Aprovado: produto em boas condições, sem sinais de deterioração, com cor, odor, sabor e textura compatíveis com o alimento ofertado; embalagem íntegra.
- Reprovado: alterações sensoriais (sabor amargo, mofo, odor estranho, textura inadequada) ou embalagem comprometida.

d) Conformidade técnica e composição mínima

- Aprovado: compatibilidade com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência.
- Reprovado: divergência em relação à composição mínima ou presença de ingredientes não permitidos para dietas de celíacos.

e) Ensaio laboratoriais

- Aprovado: laudo emitido por laboratório acreditado na Cgcre/INMETRO ou equivalente, por método validado (preferencialmente ELISA R5), atestando teor de glúten < 20 ppm;
- Reprovado: ausência de laudo ou resultado acima do limite permitido.
- O laudo laboratorial exigido deverá ser emitido por laboratório acreditado pela CGCRE/INMETRO e ter data de emissão não superior a 12 (doze) meses; para itens frescos/sensíveis recomenda-se até 6 (seis) meses. A Administração pode,



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

a seu critério, solicitar nova análise em amostra colhida no ato do recebimento; os custos da análise serão de responsabilidade do fornecedor quando a amostra for reprovada.

III. Resultado da avaliação

- A aprovação das amostras é condição indispensável para a adjudicação.
- A reprovação implicará a desclassificação do licitante, com convocação do próximo colocado, observada a ordem de classificação.
- Todas as amostras serão retidas pela Administração e os custos serão de responsabilidade do licitante.

IV. Local de entrega

- As amostras serão entregues, mediante requisição, a partir das 14:00 hrs, no endereço:
 - Na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social
 - Rua Balduino Taques, nº 445, 3º andar, Bairro Centro – Ponta Grossa – Paraná – CEP: 84010-050
- Os responsáveis pelo recebimento e julgamento das amostras serão:
 - Nome: Janeffer Desselman Matrícula: 33.047
 - Nome: Damaris Beraldi Godoy Leite Matrícula: 31.875

10. SUSTENTABILIDADE

a) Embalagens e materiais sustentáveis

- Os produtos devem ser entregues em embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, sempre que disponíveis no mercado, evitando materiais descartáveis de difícil destinação ambiental.
- Priorizar embalagens que permitam facilidade de transporte, armazenamento e descarte correto.

b) Redução de resíduos e logística reversa

- O fornecedor deverá garantir destinação adequada de resíduos e sobras, incluindo materiais de embalagem, conforme legislação ambiental vigente e normas de logística reversa.

c) Eficiência no transporte e armazenamento

- O transporte dos alimentos deve buscar reduzir emissões de poluentes e consumo de combustível, com planejamento logístico que minimize viagens



desnecessárias.

- Produtos devem ser armazenados e entregues respeitando as condições de higiene, integridade e temperatura, evitando desperdícios.

d) Responsabilidade social

- O fornecedor deve observar práticas de responsabilidade social, incluindo cumprimento de direitos trabalhistas, igualdade de oportunidades e boas práticas de saúde e segurança no trabalho.

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

a) Habilitação Jurídica

O licitante deverá apresentar:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações;
- Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o tipo de pessoa jurídica;
- Prova de regularidade com a Justiça Federal, Estadual e Municipal, quando aplicável.

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista

O licitante deverá apresentar:

- Certidão negativa de débitos federais, estaduais e municipais;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Certidão negativa de débitos previdenciários e FGTS;
- Certidão Negativa de Falência, Concordata Recuperação Judicial e Extrajudicial;
- Comprovação de regularidade com tributos e contribuições sociais, conforme legislação vigente.

c) Qualificação Técnica

O licitante deverá comprovar:

1. Certificados e registros sanitários:

- Registro ou licença sanitária do estabelecimento fabricante ou distribuidor, emitida pela Vigilância Sanitária;
- Comprovação de cumprimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF) aplicáveis a alimentos sem glúten.



2. Laudos ou análises laboratoriais

- Apresentação de laudos recentes emitidos por laboratório acreditado (Cgcre/INMETRO ou equivalente), atestando conformidade com teor de glúten < 20 ppm e demais especificações do produto.
- O laudo laboratorial exigido deverá ser emitido por laboratório acreditado pela CGCRE/INMETRO e ter data de emissão não superior a 12 (doze) meses; para itens frescos/sensíveis recomenda-se até 6 (seis) meses.
- A Administração pode, a seu critério, solicitar nova análise em amostra colhida no ato do recebimento; os custos da análise serão de responsabilidade do fornecedor quando a amostra for reprovada.

3. Experiência e fornecimento de produtos similares

- Apresentar notas fiscais ou contratos de fornecimento de produtos similares;
- Declarações de capacidade técnica de clientes privados ou públicos, indicando produtos fornecidos e atendimento às especificações técnicas;
- Relatórios internos ou certificações próprias, que comprovem a produção de alimentos em conformidade com normas de segurança alimentar;
- Equipe técnica ou profissional capacitado, para garantir manipulação adequada dos produtos.

12. DA EXECUÇÃO DA ATA

Solicitação de Fornecimento

O fornecedor será convocado mediante requisição de fornecimento e empenho, indicando:

- Produtos, quantidades e prazos de entrega;
- Local de entrega e condições específicas.

A Administração poderá dividir os quantitativos entre fornecedores registrados, respeitando a ordem da Ata e critérios de vantajosidade.

Prazos de Entrega

- O prazo máximo de entrega será de 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão do empenho e envio da requisição.
- A contratada poderá solicitar, em caráter excepcional, prorrogação do prazo antes do seu vencimento, devidamente justificada e sujeita à aceitação da Administração, desde que não haja prejuízo ao atendimento da população.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Recebimento e Fiscalização

O recebimento será realizado por servidores ou equipe técnica designada, que verificarão:

- Integridade das embalagens;
- Validade, rotulagem e especificações técnicas;
- Conformidade da entrega com as amostras apresentadas;
- Quantidade correta conforme solicitação.

Os bens serão recebidos:

- Provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- Definitivamente, nos termos do art. 80, incisos I, alínea “b” e II, alínea “b” do Decreto Municipal nº 21.500/2023, após a constatação de atendimento integral às condições pactuadas.

Substituição e Garantias

- Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada em até 15 (quinze) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios aparentes ou ocultos, bem como pelo cumprimento integral do prazo de validade dos produtos.
- O fornecedor responderá ainda pelas garantias legais previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Normas Técnicas

- Os produtos deverão obedecer, sempre que aplicáveis, às normas da ANVISA, ABNT e INMETRO relativas a alimentos e embalagens, devendo ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade a que se destinam.

13. DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘f’ da Lei nº 14.133/2021)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e com a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pela Administração, por meio de:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Gestor: JANEFFER DESSELMAN

Matrícula: 33047

Suplente de gestor: LEILA BATISTA GUSE MARTINS

Matrícula: 30612

Fiscal administrativo: DEBORA MARIA MORETÃO DE AVILA

Matrícula 33716

Suplente de fiscal administrativo: AGNALDO LARA DOS SANTOS

Matrícula: 32530

Fiscal técnico: DAMARIS BERALDI GODOY LEITE

Matrícula: 31875

Suplente de fiscal técnico: FERNANDA CAROLINE FONSECA

Matrícula: 33718

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

A avaliação da execução do objeto utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.



O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021)

As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2025 e constam de movimento constante no processo SEI nº 099502/2025.

Para os exercícios financeiros subsequentes, a indicação da respectiva dotação orçamentária dependerá da aprovação da Lei Orçamentária Anual e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento no processo administrativo.

Nos termos do art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, a comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente, não sendo necessária para a fase de planejamento ou adesão à ata.

16. DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual – exercício 2025, uma vez que o Departamento de Segurança Alimentar foi incorporado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social (SMFDS) no início do exercício, período em que o PCA já havia sido concluído e consolidado.

Apesar da ausência de previsão formal no PCA 2025, a demanda revela-se necessária e urgente, considerando a natureza essencial da política pública envolvida e a responsabilidade da Administração em assegurar o fornecimento regular de alimentos adequados às pessoas com doença celíaca, público especialmente vulnerável.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A instrução processual, portanto, encontra respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que admite a adequação das contratações às necessidades supervenientes do órgão ou entidade, desde que justificadas tecnicamente, como no presente caso.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada, em decorrência do registro de preços, deverá cumprir rigorosamente as seguintes obrigações:

a) Conformidade dos Produtos

- Fornecer produtos conformes às especificações técnicas, composição mínima e características sensoriais previstas neste Termo de Referência;
- Garantir que os produtos sejam isentos de glúten, atendendo a padrões laboratoriais (teor < 20 ppm) e à legislação vigente;
- Entregar produtos em embalagens originais, lacradas e devidamente rotuladas, contendo informações obrigatórias: expressão “NÃO CONTÉM GLÚTEN”, marca, lote, fabricante, validade e composição;
- Assegurar a integridade e a qualidade dos produtos durante todo o transporte, observando temperatura, umidade e condições de higiene adequadas.

b) Prazos e Local de Entrega

- Cumprir integralmente os prazos de entrega estabelecidos em cada requisição da Administração;;
- Realizar entregas no(s) local(is) designado(s), nos dias e horários previamente estabelecidos;
- Garantir a formalização de cada entrega, mediante protocolo ou termo de recebimento, assegurando rastreabilidade.

c) Substituição de Produtos

- Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer produtos rejeitados pela fiscalização ou que estejam em desconformidade com as especificações;
- Custear todas as despesas decorrentes da substituição, incluindo transporte, embalagens e logística;
- Comunicar formalmente à Administração quaisquer ocorrências que impliquem substituição ou ajustes no fornecimento.

d) Documentação e Controle



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- Manter documentação atualizada referente aos produtos fornecidos, incluindo laudos laboratoriais, certificados sanitários e notas fiscais;
- Permitir, sempre que solicitado, a fiscalização e auditoria pela Administração, garantindo plena transparência e rastreabilidade.

e) Responsabilidade Sanitária e Legal

- Cumprir integralmente as normas sanitárias e legais aplicáveis à produção, armazenamento, transporte e fornecimento de alimentos sem glúten;
- Responder civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos ou riscos à saúde dos beneficiários decorrentes do fornecimento inadequado;
- Comunicar imediatamente (em até 24 horas) ao fiscal do contrato qualquer ocorrência anormal ou incidente relacionado ao objeto contratual.

f) Atendimento à Administração

- Atender prontamente às solicitações de informações, ajustes ou adequações feitas pela Administração;
- Manter canal de comunicação formal e eficiente para agendamento de entregas, resolução de problemas e acompanhamento contratual;
- Cumprir integralmente as obrigações da Ata de Registro de Preços, mantendo a regularidade e continuidade do fornecimento.

g) Penalidades

- O descumprimento das obrigações aqui previstas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei, no edital e na Ata de Registro de Preços, podendo incluir advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração e cancelamento do registro, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A Administração, na condição de Contratante da Ata de Registro de Preços, deverá cumprir as seguintes obrigações:

a) Emissão de Solicitações de Fornecimento

- Emitir solicitações formais de fornecimento, indicando produtos, quantidades, prazo e local de entrega;
- Garantir que as solicitações estejam de acordo com os quantitativos



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

registrados na Ata, respeitando a ordem de convocação e critérios de vantajosidade;

- Comunicar os fornecedores com antecedência adequada, permitindo planejamento e cumprimento dos prazos.

b) Recebimento e Fiscalização

- Designar formalmente servidores ou equipe técnica responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos;
- Verificar a conformidade dos itens entregues com o Termo de Referência, avaliando rotulagem, prazo de validade, integridade, composição técnica e aspectos sensoriais;
- Registrar o recebimento por meio de protocolo, termo ou documento equivalente, assegurando rastreabilidade, transparência e controle.

c) Comunicação e Orientações

- Informar imediatamente o fornecedor sobre quaisquer inconsistências ou necessidade de substituição de produtos;
- Fornecer orientações claras e tempestivas sobre alterações de entrega, locais, horários ou quantitativos;
- Esclarecer dúvidas e atender solicitações de informações de forma ágil e documentada.

d) Garantia de Condições para Execução

- Disponibilizar **infraestrutura adequada** nos locais de entrega, garantindo acesso, segurança e condições mínimas para recebimento dos produtos;
- Cumprir os compromissos de pagamento, caso previsto, de acordo com os valores registrados na Ata e nas solicitações de fornecimento.

e) Fiscalização e Acompanhamento

- Acompanhar a execução da Ata de forma contínua e técnica, garantindo conformidade com o Termo de Referência;
- Elaborar registros de fiscalização, comprovando eventuais descumprimentos e providenciando notificações formais ao fornecedor, quando necessário.

19. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

a) Reajuste de Preços

- Independentemente da duração do contrato, o critério de reajuste será o Índice



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023;

- A data-base para o cálculo do reajuste será vinculada à data de formalização do mapa de preços, ocorrida em 17/09/2025;
- A concessão do reajuste será realizada de ofício, mediante termo aditivo ao contrato;
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo será de 1 (um) ano, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- Em caso de atraso ou não divulgação do índice, o CONTRATANTE efetuará o pagamento com base na última variação conhecida, liquidando a diferença quando divulgado o índice definitivo;
- Caso o índice venha a ser extinto ou indisponível, será adotado o índice substituto determinado pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão novo índice oficial por termo aditivo.

b) Reequilíbrio Econômico-Financeiro

- O reequilíbrio poderá ser solicitado se ocorrer fato superveniente, imprevisível ou previsível, mas insuperável, que cause desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que:
 1. O risco não esteja entre aqueles normalmente assumidos pela parte;
 2. O desequilíbrio não decorra de ato culposo, direto ou indireto, do requerente;
 3. Afete as condições financeiras da proposta.
- O CONTRATANTE terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio;
- Ultrapassado esse prazo, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, acrescidos de correção monetária sobre o montante devido.

c) Exceções

- A exclusão do regime tributário do Simples Nacional, por ato voluntário da CONTRATADA ou por superação do limite de receita bruta anual (art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006), não enseja reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- É admitida a alteração subjetiva, incluindo fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:
 1. A nova pessoa jurídica atende a todos os requisitos de habilitação exigidos



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

na licitação original;

2. Sejam mantidas todas as cláusulas e condições contratuais previamente pactuadas;
3. Não haja prejuízo à execução do objeto do contrato;
4. Haja anuência expressa da Administração para a continuidade do contrato.

21. DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

- As partes devem observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quanto ao tratamento de dados pessoais recebidos ou compartilhados no âmbito deste processo;
- É obrigatório que os dados pessoais sejam utilizados exclusivamente para os fins previstos no contrato, respeitando princípios de finalidade, necessidade, transparência e boa-fé;
- A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para garantir a segurança e confidencialidade das informações pessoais tratadas.

Ponta Grossa, 20 de outubro de 2025.

Assinado por:
LAILA WITES BOLZAN
22/09/2025 - 15:41
V2H2LEU0QAGLVWWKUWRPZG

Laila Wites Bolzan

Guimarães Oliveira - Responsável
pela elaboração deste Termo de
Referência

Assinado por:
Camila Calisto Sanches
22/09/2025 - 15:56
SS2YG04HTVSTXHAJIFQNFV

Camila Calisto Sanches

Secretária da Família e Desenvolvimento Social



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 121/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2. Na proposta escrita, deverá conter:

- a) os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacado;
- b) o prazo de validade da proposta;
- c) especificação e marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 1**, deste edital; e
- d) data e assinatura do Representante Legal da proponente.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 1 deste edital.

3.1 O Valor Unitário - R\$ - deverá corresponder ao preço unitário por item ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

4. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

4.1 Deverá ser cotado preço unitário de acordo com o Anexo 1 do edital.

4.2 PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. PRAZO DE GARANTIA

6.1 A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos de acordo com o Anexo 1, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1 De acordo com o especificado no Termo de referência deste edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídos eventuais custos indiretos como vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, despesas com manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, assim



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e o ciclo de vida.

8. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A interposição de recurso suspende o prazo de validade de da proposta até decisão.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de pregão eletrônico nº Minuta: 185/2025, instaurada pelo Município de Ponta Grossa/PR, para fins de comprovação:

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que não estamos com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal suspensa.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

Declaramos que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste procedimento, não fomos condenados judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR VÍNCULO COM AGENTES QUE ATUEM NA LICITAÇÃO

Declaramos que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 7º, III, art. 14, IV, art. 122, § 3º todos da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.
2. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 001/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
3. Estamos cientes da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 027/2023, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Sócio proprietário



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 4

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS NORMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Fone/Fax: (0xx) _____

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade pregão eletrônico nº Minuta: 185/2025, instaurado pelo Município de Ponta Grossa/PR, que conhecemos e faremos cumprir rigorosamente todas as "Normas de Segurança no Trabalho", na hipótese de nossa proposta ser declarada vencedora na presente licitação, conforme o constante na Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.

Local e data

NOME
Assinatura



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 5

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ Sistema de Registro de Preços nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ de ____ o **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por ____, Secretário Municipal de ____, nomeado através do Decreto nº ____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula funcional nº ____; e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão eletrônico nº ____/2025, publicado no Diário Oficial do Município de ____/____/____. SEI nº _____,

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990, demais legislações vigentes, bem como em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual fornecimento de aquisição, através de registro de preços, de gêneros alimentícios isentos de glúten, devidamente rotulados conforme a legislação vigente (incluindo RDC nº 26/2015 da ANVISA), destinados ao atendimento de pessoas com doença celíaca cadastradas na Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo ao edital de Pregão eletrônico nº ____, que é parte integrante desta Ata.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:

(Razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante, conta bancária: banco agência, nº conta)

Lote	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unit R\$

2.1.1 O valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ ____.

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata;

2.3 Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

2.3.1 O Termo de Referência;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 2.3.2** O Edital da Licitação;
- 2.3.3** A proposta do Contratado;
- 2.3.4** Eventuais anexos do processo.

3 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

OU

3.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Legislação competente, e ainda:

- I - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- II - Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.1.1 A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, podendo ser rejeitada se acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.1.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

3.1.3 O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.1.4 O órgão ou entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante na qualidade de não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que limitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

- 3.2** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

I - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

III - Seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4 VALIDADE DA ATA



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5 DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Após a homologação da licitação, o fornecedor melhor classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade.

5.1.1 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada, aceita pela Administração;

5.1.2 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.1.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e formalizar nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.2 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

5.2.1 Será incluído na ata:

a) a relação dos fornecedores pela ordem de classificação final no processo licitatório e as respectivas quantidades a serem fornecidas;

b) o preço unitário do primeiro classificado com a menção de que será praticado por todos os demais fornecedores;

c) o valor total estimado para aquisição;

d) os órgãos ou demais entes usuários do registro;

e) a alusão do compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no edital da licitação e seus anexos e nas propostas, que integrarão a Ata independentemente de transcrição;

5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

6 CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

6.1.1 Os instrumentos de que trata o caput serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços;

6.1.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços têm características próprias e geram efeitos contratuais, em estrita observância aos princípios gerais do direito e às normas contempladas na legislação vigente.

6.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.4 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.2 Havendo alteração contratual, estas serão realizadas por aditivo;

6.3 A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, assinar ou retirar o instrumento contratual equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações passíveis: multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, e impedimento de licitar pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos, conforme art. 5º, II e art. 8º, VII, ambos do Decreto Municipal 21.635/2023, das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023.

6.4 Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato, do objeto em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros remanescentes, na ordem de classificação ou promover nova licitação.

7 ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021;

7.1.1 Em caso de elevação dos preços registrados, devidamente comprovados, a readequação dos valores será precedida de análise criteriosa de acordo com o Decreto Municipal nº 21.500/2023 e orientações da Procuradoria Geral do Município.

7.2 O reequilíbrio de preços será realizado por aditivo, ou apostilamento conforme o caso.

8 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item 24.2.1 o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

8.1.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.635/2023 e na legislação aplicável;

8.2.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será convocado os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

8.2.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

8.2.4 Na hipótese de comprovação o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3 A alteração nos valores praticados dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) houver o descumprimento das condições da Ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da Ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1 Por razão de interesse público;

9.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.4 O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

9.5 As alterações na Ata de Registro de Preços serão realizadas por apostilamento.

10 CADASTRO DE RESERVA

10.1 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

10.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

10.1.2 Mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

10.3 O registro a que se refere o item 26.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

10.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

10.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

10.6 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.

11.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

11.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

11.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

11.4 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

11.5 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

11.6 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

12 PENALIDADES

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

12.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação vigente;

12.1.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade;

12.2 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer ocorrência, que possa existir, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13 CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital, ou aviso de contratação direta e seus anexos, bem como as propostas vencedoras, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições, e deverão ser executados fielmente pelas partes, obedecendo as determinações constantes na legislação vigente.

13.2 As condições de habilitação e qualificação exigidas no edital licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ata.

13.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

13.4 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade, nas seguintes hipóteses.

13.4.1 Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

13.4.2 Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

13.5 As partes elegem o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente, oriundo desta Ata.

13.6 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes, e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

**CONTRATADA
NOME**

**CONTRATANTE
NOME**

TESTEMUNHAS:

NOME
CPF / MF

NOME
CPF / MF



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/_____

PARTICIPANTES

	PARTICIPANTES								
Item									

CADASTRO DE RESERVA

Item	Ordem de Classificação /Fornecedor	CNPJ



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2025.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº XXXXX/XXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO DECORRENTE
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA E A EMPRESA XXX.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Visconde de Taunay, 950. Ronda. CEP: 84051-900, inscrita no CNPJ sob o nº 76.175.884.0001-87, neste ato representada por _____, Secretário Municipal de _____, nomeado através do Decreto nº _____, publicado no Diário Oficial do Município, na edição do dia _____. Matrícula Funcional nº _____; e,

CONTRATADA: **EMPRESA** _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, cidade de _____. Estado do _____. CEP: _____, telefone/celular (0xx) _____. E-mail: _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada pelo Senhor(a) _____, função _____, portador da CIRG nº _____ e do CPF _____. E-mail: _____, telefone/celular (0xx) _____, conforme ato constitutivo da empresa ou procuração apresentada nos autos,

Tendo em vista o que consta no processo SEI nº _____ e em observância as disposições da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 21.500/2023, Decreto Municipal nº 21.635/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.846/2013, Lei Municipal nº 12.222/2015 e Lei nº 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis e complementares, resolvem celebrar o presente Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços nº _____ / _____ do processo licitatório, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

1.1 A aquisição/fornecimento de _____, nas condições... (colocar as condições estabelecidas no Termo de Referência).

1.2 Especificação do objeto da contratação, conforme saldos a serem contratados:

Lote	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unit. R\$	Total R\$

1.3 Vinculam a contratação, independentemente de transcrição:

- a) termo de Referência;
- b) edital da Licitação;
- c) proposta do Contratado;
- d) eventuais anexos do processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA, EFICÁCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência deste contrato será de XXXXX dias corridos/ meses, contados da data de assinatura e terá sua eficácia após a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e disponibilizado extrato no Diário Oficial do Município;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

2.1.2 O início dos serviços se dará no máximo em até xx (**xxx**) dias do recebimento da Ordem de Serviço emitido pela **CONTRATANTE**.

2.1.2 Prazo para execução dos serviços é de até ____ dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços.

2.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja efetivado antes do término da respectiva vigência, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 A prorrogação de que trata o item acima é condicionado ao ateste, pela área demandante, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto são os seguintes (colocar as condições estabelecidas no Termo de Referência).

3.2 O prazo para o fornecimento do material/execução dos serviços do presente Termo de Contrato é de até ____ dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, e deverá ser entregue de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

3.3 O objeto do presente Termo de Contrato, se estiver de acordo com as especificações do edital, será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e

b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, entre os limites mínimo e máximo de ____ % (____ por cento) a ____ % (____ dez por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições / parcelas do objeto:

4.1.1 _____

4.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.1.3 A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.1.4 A empresa contratada será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.2 São vedadas:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

4.2.1 A subcontratação da parcela principal da obrigação, de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

4.2.2 A subcontratação de empresas e MPE's, EPP's que estejam participando da licitação;

4.2.3 A subcontratação de empresas e MPE's, EPP's que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

4.2.4 A subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.5 A exigência de subcontratação para o fornecimento de bens.

4.3 São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.3.1 Indicar as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas e qualificadas pelas empresas interessadas no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

4.3.2 Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização conforme previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015;

4.4 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

4.5 Na hipótese de ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de fornecedores enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, quando exigida a subcontratação, a prioridade somente será aplicada se a fornecedora selecionada for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente;

4.6 A subcontratação dependerá de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação jurídica, fiscal e técnica necessários para a execução do objeto.

4.6.1 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ _____, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

Ou

5.2 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2 O valor total da contratação é de R\$ _____.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

5.5 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

6.1 O pagamento das obrigações aqui contratadas observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

6.2 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

6.3 A nota fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- 6.3.1** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 6.3.2** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.3.3** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;
- 6.3.4** Certidão referente a regularidade municipal da sede da Contratada;
- 6.3.5** Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 6.3.6** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1 Independentemente do prazo de duração do contrato utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preço no dia __/__/2025.

7.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por termo aditivo.

7.9 Surgindo fato desencadeador ocorrido após a assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte; que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte; que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente; que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o Contratante requer o reequilíbrio.

7.10 O prazo para a Contratante analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês mais a correção monetária sob o respectivo montante.

7.11 A exclusão do regime tributário do simples nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico financeiro do contrato.



CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE. (Tem que constar explicitamente no contrato quais as obrigações específicas previstas no termo de referência. Não pode apenas se reportar ao TR).

8.1.1 Observar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.1.2 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.4 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.5 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.5.1 A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato.

8.8 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.9 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para a resposta da empresa e a sua ação corretiva.

8.10 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo de Contrato, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

8.11 Observar para que, durante a vigência do presente Termo de Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.12 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.13 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

8.14 Solicitar junto ao setor de Notificações da Coordenação de Suprimentos da FMS a Notificação da CONTRATADA, por escrito, as incoerências, discrepâncias, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazos legais para a resposta da empresa e a sua ação corretiva

8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

8.16 A preparação do terreno nivelado e devidamente compactado, execução de calçada externa tipo paver, poste com entrada de energia, fossa séptica e alambrado para fechamento externo do perímetro será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas, e ainda:

9.1.1 Constar explicitamente no contrato quais as obrigações específicas previstas no termo de referência. Não pode apenas se reportar ao TR.

9.1.2 ...

9.1.3 ...

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

9.4.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.4.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.4.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;

9.4.4 Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.4.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.7 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

9.13 É obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

9.14 Entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade. Quando for o caso, entregar o manual do usuário e termo de garantia do objeto.

9.15 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis das normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto a ser entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

9.16 Toda a mão de obra, necessária para a correta logística de transporte para o fornecimento do objeto e seus respectivos encargos sociais e trabalhistas ficarão sob a responsabilidade da empresa contratada;

9.17 Indicar preposto para representá-la durante a execução do Termo de Contrato.

9.18 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.19 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 20.533/2022, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação independentemente de declaração ou de aceitação expressa, em especial a;

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios, aplicados na legislação citada;

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO E DO OBJETO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.1 A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133/2021 em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o CONTRATADO será depositário:

11.1.1 BEM 1..... Valor

11.1.2 BEM 2Valor

....

TOTAL Valor total



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

11.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por ____ dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 0 deste contrato.

11.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.8 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

11.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

11.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.17 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.18 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.635/2023 a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa, a qual pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1.1 Advertência

Será aplicada, por escrito, nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

12.1.2 Multa compensatória:

Será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, calculada da seguinte forma:

12.1.2.1 De 2% (dois) por cento a 10% (dez) por cento sobre o valor contratado ou valor estimado da contratação:

- a) em caso de recusa do adjudicatário em assinar os contratos derivados de ata de registro de preços ou documento equivalente, no prazo estabelecido.
- b) em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual.

12.1.2.2 De 11% (onze) por cento a 20% (vinte) por cento sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato.

12.1.2.3 De 21% (vinte e um) por cento a 30% (trinta) por cento sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e do contrato.
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

12.1.3 Multa moratória:

Não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos) por cento por dia de atraso, limitando-se a 30% (trinta) por cento do valor CONTRATADO. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- a) retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade.
- b) descontado do valor da garantia prestada.
- c) pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda e encaminhada ao requerido para pagamento em 10 (dez) dias úteis.
- d) encaminhada à Dívida Ativa, se infrutíferas as medidas dos incisos anteriores, para cobrança judicial.

12.1.4 Impedimento de licitar e contratar

Será aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

12.1.4.1 Impedimento pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que gere grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.1.4.2 Impedimento pelo período de 01 (um) ano a 03 (três) anos.

- a) não celebrar o contrato ou documento equivalente, no prazo estabelecido.

12.1.4.3 Impedimento pelo período de 02 (dois) anos a 03 (três) anos.

- a) não entregar o objeto da licitação sem motivo justificado.
- b) dar causa à inexecução total do contrato.

12.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 Nos termos do Decreto Municipal nº 17.287/2020 que o CONTRATADO está ciente e concorda que se possa ser utilizado, em caso de Processo Administrativo, os meios tecnológicos e Diário Oficial Eletrônico do Município para a respectiva comunicação dos atos processuais, conforme estabelecido no mencionado decreto.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

12.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, conforme Decreto 21.635/2021, sendo que a abertura do processo administrativo de penalização na fase de execução contratual pressupõe a prévia tratativa entre as partes, com a finalidade de sanar as irregularidades, sendo obrigatória a comprovação de que restou infrutífera.

12.3.1 Entende-se como tratativas o esforço despendido entre as partes com a finalidade de sanar a irregularidade, nas hipóteses que esta for possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática de colusão”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3 A rescisão deste Termo de Contrato implicará retenção de crédito decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, bem como na assunção dos serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2023, conforme abaixo:

.....

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.3 As adequações orçamentárias necessárias ao cumprimento do contrato, serão vinculadas a este instrumento, através de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

16.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

16.3 Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

16.4 Fiscal Administrativo

Nome:

Matrícula:

16.5 Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 21.500/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023.

18.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

18.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

19.2 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato,

20.2 Fica eleito o foro da Comarca de PONTA GROSSA, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ponta Grossa, ____ de ____ de ____.

**XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

**MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
CONTRATANTE**

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 7

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 121/2025

PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO

Identificação do Termo Contratual			
Contrato nº			
Data de Assinatura			
Data de Publicação			
Valor Contratual			
Prazo de Vigência	Data Inicial	Data Final	
Empenho	Nº	Valor	Data
Data de Emissão da Ordem de Serviço			
Prazo de Execução	Data Inicial	Data Final	
Edital de Licitação nº			
Objeto do Contrato:			
Obrigações do Contratante: (colocar o que está previsto no contrato e o que foi estipulado como critérios de aferição notificados para a empresa)			
Condições da Prestação			
() Excelente:	Atendidas todas as condições do contrato e do edital, com bens e serviços de ótima qualidade.		
() Ótima:	Atendidas as condições do contrato e do edital com bens e serviços que atendem as exigências básicas da legislação.		
() Boa:	Atendida a parte essencial do contrato, havendo necessidade de se observar os critérios colocados, no prazo de 30 dias, sob pena de apontamento para penalidade.		
() Ruim:	Não foram atendidas as necessidades essenciais ou não foram atendidos os critérios colocados no prazo definido.		
Quanto a documentação			
A empresa apresentou certidão negativa de débitos municipais		() Sim	() Não
A empresa apresentou certidão de regularidade quanto ao FGTS		() Sim	() Não
A empresa apresentou certidão negativa previdenciária		() Sim	() Não



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A empresa apresentou rol de pessoas que trabalham na execução do serviço*	() Sim	() Não
A empresa apresentou quadro de horário dos empregados*	() Sim	() Não
A empresa apresentou os contratos que mantém com outras empresas em caso de ser permitida total ou em parte a terceirização de serviços	() Sim	() Não
A empresa apresentou comprovante de recolhimento de encargos sociais contendo o nome dos empregados que prestam serviços relativos ao contrato com o Município	() Sim	() Não
A empresa apresentou comprovante de retenção/pagamento de IR e INSS relativo ao contrato dos terceirizados	() Sim	() Não

(*) somente para prestadoras de serviços.

Condições dos Produtos	
() Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
() Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
() Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
() Irregular:	Os produtos não estão de acordo com as normas técnicas e apresentam falhas ou defeitos que não recomendam o uso. (Neste caso tirar foto do produto, anexando ao processo, ou pegar amostra certificando o entregador e pegando a assinatura de duas testemunhas no local. No caso de ser produto alimentício, envolver a amostra em plástico e guardar no freezer, para eventual perícia).
Situações não atendidas: (especificar a obrigação constante no contrato e em que sentido deixou de ser atendida).	
Atrasos ocorridos: (especificar data prevista para entrega, informar se houve notificação quanto ao atraso, informar se posteriormente ocorreu a entrega).	
Condições dos serviços	
() Excelente:	Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
() Ótima:	De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
() Regular:	Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.
() Irregular:	Os serviços não estão sendo prestados em conformidade com o desejado pela Secretaria ou pelos usuários. (neste caso relatar a situação, por exemplo, falta de pessoal, falta de material, falta de urbanidade no atendimento)
Observações complementares	



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Situações não atendidas	
☐	Os prestadores de serviço da contratada não estão registrados corretamente.
☐	Os prestadores de serviço da contratada não estão ligados à empresa por meio de contrato de prestação de serviços
☐	Há irregularidade nos pagamentos aos contratados
☐	Não há recolhimento de encargos sobre a prestação de serviços dos contratados
☐	Não estão sendo cumpridas regras básicas trabalhistas (fornecimento de uniforme, pagamento de horas extras, pagamento de adicional de insalubridade, etc. Neste caso especificar o que se verificou a falta).
☐	Está ocorrendo terceirização de serviços ou sub contratação, não havendo permissão neste sentido no contrato.
Observações gerais: (fazer observações por escrito em cada item ou colocar: “nada a apontar”).	
a) Quanto à necessidade de notificação para regularização de item apontado:	
b) Alertas sobre necessidade de prorrogação do contrato, no caso do serviço ou bem ser considerado de qualidade e necessário ao serviço público:	
c) Alerta sobre necessidade de averiguação de quantitativos para mais ou menos para atender as necessidades do poder público:	
d) Alerta sobre a necessidade de se iniciar estudos para nova contratação, uma vez que o contratante não está atendendo as necessidades da administração pública:	
e) Alerta quanto à necessidade de recomposição de equilíbrio econômico financeiro: (neste caso o Departamento Administrativo da Secretaria deverá fazer planilha comparando os preços do mercado na data da contratação, os preços contratados e os preços praticados por pelo menos 3 empresas em face dos mesmos serviços, demonstrando que o preço não está de acordo com o mercado, sendo necessário ajuste. Informar ainda que o motivo excepcional, não passível de previsão por ocasião da contratação gerou aumento de valor que impossibilita a regular continuidade do contrato)	
f) Outros: (relatar por escrito suas observações sobre o cumprimento do contrato, tendo como premissa que a Administração Municipal pretende sempre o melhor serviço/produto).	



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Alterações do Termo Contratual (informar todas as alterações realizadas durante o período)	
Termos de Aditivo	
Termos de Apostilamento	
Retificações	

Informações do Saldo	
Valor Empenhado	
Valor Pago	
Saldo	
Órgão responsável pela gestão do Contrato:	
Identificação do Fiscal responsável	Nome:
	Matrícula Funcional:
Período fiscalizado	
Em, ____/____/____	
Carimbo e Assinatura do Fiscal	



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

ANEXO 8

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 121/2025

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

01. O contrato será gerido pela _____ da _____ Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
02. Os Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a área demandante e a prestadora de serviços serão telefone, WhatsApp, e-mail e ofício que poderá ser enviado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
03. A CONTRATADA deverá designar um Representante Legal da empresa, com poderes para a resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também endereços, telefones (fixo e celular), e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
04. A forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento será com base no resultado do IMR, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:
05. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de Referência e na proposta.
06. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
07. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante relatório do Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
08. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
09. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10. Será adotado o instrumento de Medição de Resultados (nomenclatura da IN 05/2017 do MPDG para o Acordo de Nível de Serviço) que é baseado em um Fator de Qualidade, obtido como resultado de avaliações periódicas executadas por servidor designado para tal. Dessa forma, busca-se incluir critério de desempenho para os serviços seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
11. O procedimento detalhado a seguir visa a unificação dos critérios de avaliação com efeitos na remuneração do fornecedor do serviço.
12. O fator de qualidade será obtido por meio da nota obtida na avaliação periódica efetuada pelo servidor responsável.
13. Ao final de cada período, de 30 dias, a CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, no qual constará todas as informações sobre a execução do serviço – Parâmetros de Fiscalização. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias para contestar as falhas apontadas e apresentar justificativas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pela CONTRATANTE.
14. As falhas na qualidade dos serviços serão registradas pelos fiscais nos formulários de registro de ocorrência conforme o tipo e o volume de falhas.
15. Cada ocorrência deverá ser registrada no formulário de registro de ocorrência pelo servidor fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações no documento com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências. Todos os tipos de ocorrências referem-se às obrigações descritas no Termo de Referência;
16. Para comprovação da qualidade dos materiais e EPIs fornecidos, caso haja dúvida, deverão ser disponibilizadas amostras padrão para comparação.



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

17. Todos os achados deverão ser fotografados e registrados com localização e horário da verificação.
18. O relatório de fiscalização deve ser claro e objetivo, apresentando os pontos considerados e incluindo as provas produzidas
19. Depois de concluído, o relatório deverá ser tempestivamente incluído em processo via SEI, a ser aberto pelo fiscal do contrato, acompanhado do IMR., assinado pelo servidor responsável;
20. Visando manter paralelo com a Administração, as eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato. Caso ocorram, os recursos interpostos (segunda instância) deverão ser dirigidos aos Gestores do Contrato.
21. Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o fator de qualidade ajustando o valor da medição ao IMR obtido. Com isso se obtém o valor da fatura e se configura o recebimento definitivo que autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços, que será solicitada pelo Gestor do Contrato.
22. No caso de a CONTRATADA não atingir media suficiente, fica facultada ao CONTRATANTE a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.
23. A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, o CONTRATANTE poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.
24. Cada descumprimento de contrato é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto na nota fiscal.
25. Os critérios de pagamento estão previstos no Termo de Referência.

ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR		
RELATÓRIO MENSAL		
SERVIÇO		
Nº CONTRATO		
FISCAL DO CONTRATO		
MÊS DE REFERÊNCIA		
VIGÊNCIA		
Mecanismo de cálculo	Faixas de ajuste no pagamento / Classificação	
Cada problema será verificado e classificado conforme abaixo: A, B e C	Se as metas cumpridas = 100% do valor da fatura do mês. Se "A" ocorre = desconto de 3% no valor da fatura do mês. Se "B" ocorre = desconto de 5% no valor da fatura do mês. Se "C" ocorre = desconto de 9% no valor da fatura do mês. Os descontos poderão ser efetuados cumulativamente.	
Sanções		
Advertência a cada duas ocorrências iguais ou diferentes. Multa de 3% do valor do contrato no caso de duas advertências. Multa de 5% do valor do contrato no caso de três advertências. Multa de 9% do valor do contrato no caso de quatro advertências. Rescisão contratual + multa de 12% do valor do contrato no caso de ocorrência que ensejaria a quinta advertência. As multas poderão ser cumulativas e reiteradas, sempre que se repetir o motivo, não podendo ultrapassar a 20% do valor do contrato. As multas aplicadas poderão ser descontadas do pagamento devido à CONTRATADA, ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.		
AFERIÇÃO	Mecanismo de cálculo	CLASSIFICAÇÃO



MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

AFERIÇÃO E MECANISMOS DE CÁLCULO DEVERÃO SER ADAPTADOS DE ACORDO COM CADA OBJETO/SERVIÇO.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A presente contratação visa atender à necessidade de aquisição de produtos alimentícios isentos de glúten, voltados ao atendimento de pessoas diagnosticadas com doença celíaca, no âmbito das ações de promoção da segurança alimentar e nutricional desenvolvidas pela Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

A doença celíaca consiste em uma condição autoimune de caráter permanente, que impõe a necessidade de restrição absoluta ao consumo de glúten — proteína presente em cereais como trigo, centeio e cevada —, sob pena de ocasionar graves prejuízos à saúde das pessoas diagnosticadas. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as políticas públicas voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada considerem as especificidades de grupos com restrições alimentares, de modo a assegurar o acesso a alimentos seguros, isentos de glúten e nutricionalmente adequados.

A contratação justifica-se diante da crescente demanda identificada junto aos equipamentos públicos de assistência social e aos programas de distribuição de alimentos voltados a populações em situação de vulnerabilidade, especialmente famílias que possuem pessoas diagnosticadas com doença celíaca ou restrição alimentar permanente. Trata-se de medida essencial para assegurar o direito humano à alimentação adequada e o atendimento equitativo no âmbito das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

A iniciativa tem como objetivos específicos:

- Ampliar o acesso de pessoas celíacas a alimentos compatíveis com suas necessidades clínicas e dietéticas;
- Assegurar equidade no atendimento prestado pelos programas de segurança alimentar e nutricional;
- Prevenir agravos à saúde decorrentes do consumo inadvertido de glúten por pessoas com diagnóstico clínico confirmado;
- Atender às diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Ressalta-se que a produção de alimentos sem glúten, anteriormente realizada pela Unidade de Produção de Alimentos, encontra-se suspensa em razão das más condições estruturais do prédio e da demissão do padeiro responsável pela produção, o que comprometeu diretamente o fornecimento ao público-alvo.

Diante desse contexto, torna-se necessária a contratação de gêneros alimentícios processados e não processados, devidamente certificados como livres de glúten (com comprovação por rotulagem, certificação ou laudo técnico), incluindo, entre outros, farináceos, pães, massas, biscoitos e misturas prontas para preparo.

A aquisição será realizada por meio Pregão Eletrônico com Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da economicidade, eficiência, isonomia e da promoção do desenvolvimento sustentável, de modo a garantir o adequado atendimento das necessidades da população beneficiária.

2. ÁREA DEMANDANTE:

Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional sob a égide da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social de Ponta Grossa.

3. OBJETO:

Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten, destinados a pessoas com doença celíaca, no âmbito das ações de segurança alimentar e nutricional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS:

A contratação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios certificados como isentos de glúten, destinados ao atendimento de pessoas com diagnóstico de doença celíaca, beneficiárias de programas de segurança alimentar e nutricional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

Requisitos gerais (aplicáveis a todos os itens):

- Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº 10.674/2003 (declaração sobre glúten), com a RDC Anvisa nº 26/2015 (rotulagem de alergênicos) e demais normas sanitárias vigentes da Anvisa e do MAPA;

- Rotulagem obrigatória e clara com a expressão “NÃO CONTÉM GLÚTEN”;
- Apresentação em embalagem original de fábrica, íntegra, lacrada e devidamente rotulada;
- Validade: no ato da entrega, cada lote deverá conter pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total remanescente ou, no mínimo, 90 dias;
- Comprovação de ausência de glúten: laudo laboratorial quando solicitado pela fiscalização e/ou por lote a critério da Administração, emitido por laboratório acreditado na Cgcre/INMETRO ou equivalente reconhecido, por método ELISA R5 ou equivalente validado, com limite < 20 mg/kg (20 ppm).

Especificações mínimas por item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE ANO
01	Pão de forma, SEM GLÚTEN , pacote -mínimo 300 gramas. Composição sugerida do pão: Água, amido de milho, farinha de arroz, fibra vegetal (psyllium), espessante: hidroxipropilmetilcelulose, óleo de girassol, proteína de soja, fermento biológico, sal, fibra de cítricos, açúcar, acidificante: ácido	PACOTE	2400
02	Biscoito doce, SEM GLÚTEN , pacote- mínimo 100 gramas. Composição sugerida dos Biscoitos doces: farinha de arroz (convencional ou integral), melado de cana ou açúcar (comum ou demerara) amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, óleos vegetais (milho e /ou girassol e/ou algodão), extrato de soja, pode conter castanhas do Pará e/ou caju, maltodextrina, emulsificante natural lecitina de soja, fermentos fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio e aromas.	PACOTE	2400
03	Bolo doce, SEM GLÚTEN , sabores variados, unidade, mínimo 200 gramas. Composição sugerida dos bolos: Amido modificado, açúcar (comum ou demerara), óleos vegetais (soja e ou milho), clara de ovo em pó, amido (mandioca e/ou milho e/ou batata), chia em grãos, sal, estabilizantes maltitol, hidroxipropilmetilcelulose e goma xantana, fermentos bicarbonato de sódio, fosfato de sódio e alumínio, fosfato monocalcico, emulsificantes lecitina de soja e estearoil-2-lactil lactato de sódio, conservante propionato de cálcio, aroma e acidulante ácido cítrico.	PACOTE	2400
04	Biscoito salgado, SEM GLÚTEN , pacote de no mínimo 50 gramas. Composição sugerida dos biscoitos salgados: Tapioca, extrato de soja, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), amido, açúcar (comum ou demerara), glicose em pó, sal (comum ou light), fermentos fosfato monocalcico,	PACOTE	2400

	bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, emulsificante natural lecitina de soja e aroma.		
--	--	--	--

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa de quantitativos foi calculada com base nos anos anteriores, levantamento de necessidades pelo Departamento de Segurança Alimentar, e de valores foi calculada com pesquisa na internet.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual Estimado (R\$)
01	Pão de forma sem glúten, pacote ≥300 g	Pacote	2.400	R\$ 18,20	R\$ 43.680,00
02	Biscoito doce sem glúten, pacote ≥100 g	Pacote	2.400	R\$ 15,61	R\$ 37.464,00
03	Bolo doce sem glúten, unidade ≥200 g	Unidade	2.400	R\$ 20,55	R\$ 49.320,00
04	Biscoito salgado sem glúten, pacote ≥50 g	Pacote	2.400	R\$ 11,08	R\$ 26.592,00
Total Estimado					R\$ 157.056,00

O termo de referência trará maiores detalhes sobre valores por meio da elaboração do mapa de preço.

5. LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

- Endereço: Rua Tobias Monteiro, 58 – Centro – Ponta Grossa/PR (ou conforme indicação da Superintendência). Janela de recebimento: seg. a qui., 09h–16h.
- Recebimento provisório: conferência de integridade, rotulagem, validade, documentação (NF-e, identificação de lote, alvará/declarações exigidas).

- Recebimento definitivo: após análise da fiscalização e sanidade do lote entregue, com possibilidade de amostragem e solicitação de laudos quando necessário.
- Substituição: itens em desacordo deverão ser substituídos em até 48 horas úteis, sem ônus.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa de valores foi obtida por meio de pesquisa de preços realizada com fornecedores e na internet, com isso o valor total estimado da contratação é de R\$ 157.056,00 (cento e cinquenta e sete mil e cinquenta e seis reais).

O termo de referência e mapa preço trarão a pesquisa de preços.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten enquadra-se como bem comum, devendo a contratação ocorrer por Pregão Eletrônico com Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A entrega deverá ocorrer no endereço e nas quantidades definidas pelo órgão contratante, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. O fornecedor deverá substituir, sem ônus, qualquer produto que apresente defeito, divergência de especificação ou prazo de validade insuficiente.

A contratada assumirá todos os riscos e despesas necessários à perfeita execução do fornecimento, inclusive transporte, armazenamento e manuseio, responsabilizando-se pela qualidade, segurança alimentar e conformidade sanitária dos produtos.

7.1 Natureza da Contratação

- Categoria: bem comum;
- Modalidade: Pregão Eletrônico, com formalização em Ata de Registro de Preços;
- Vigência da Ata: 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da legislação.

7.2 Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista

- Registro empresarial atualizado (CNPJ, contrato social ou estatuto);
- Regularidade fiscal e trabalhista, comprovada por certidões: tributos federais, estaduais e municipais; FGTS; dívida ativa da União; CNDT.

7.3 Qualificação Técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica comprovando fornecimento de gêneros alimentícios, preferencialmente destinados a dietas especiais;
- Profissionais capacitados para controle de qualidade e atendimento às normas sanitárias;
- Certificados ou declarações do fabricante atestando a conformidade dos produtos com a legislação vigente (ausência de glúten).

7.4 Qualificação Sanitária

- Registro/cadastro junto à Vigilância Sanitária local ou estadual;
- Cumprimento das Boas Práticas de Fabricação, Armazenamento e Transporte (RDC Anvisa nº 275/2002 e atualizações);
- Alvará de funcionamento sanitário válido;
- Veículos de transporte adequados às normas de higiene e conservação de alimentos.

7.5 Requisitos de Qualidade e Segurança Alimentar

- Produtos isentos de glúten, com comprovação mediante laudos laboratoriais emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO/Cgcre, utilizando método validado (preferencialmente ELISA R5), respeitando o limite de 20 mg/kg (20 ppm);
- Embalagens originais, íntegras e devidamente rotuladas, contendo de forma clara a expressão “NÃO CONTÉM GLÚTEN”, conforme Lei nº 10.674/2003 e RDC Anvisa nº 26/2015;
- Validade mínima de 2/3 do prazo total ou, no mínimo, 90 dias remanescentes na data da entrega;
- Ausência de risco de contaminação cruzada nos processos de fabricação, transporte e armazenamento.

7.6 Requisitos Nutricionais e de Variedade

- Inclusão de diferentes grupos de alimentos destinados a celíacos (pães, biscoitos, massas, farinhas, cereais, entre outros);
- Priorização de alimentos com valor nutricional adequado, limitando o fornecimento de ultraprocessados.

7.7 Requisitos Logísticos

- Entregas parceladas conforme cronograma a ser estabelecido;

- Substituição imediata de itens em desacordo com as especificações;
- Garantia de fornecimento contínuo durante a vigência da Ata;
- Disponibilidade de canal de comunicação eficaz com a Administração.

7.8 Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- Preferência, quando possível, por fornecedores locais ou regionais, em consonância com a Lei nº 11.326/2006;
- Incentivo à utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis;
- Estímulo à participação de cooperativas, associações e agricultores familiares, conforme legislação vigente.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Em se tratando de materiais comuns de consumo, foi realizada pesquisa de mercado na internet para levantamento do preço de referência para os produtos listados.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O presente estudo contempla a aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten, devidamente certificados como livres dessa proteína, a serem destinados a manutenção de um grupo de usuários celíacos cadastrados em programa da Superintendência de Segurança Alimentar da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

Após a análise da necessidade, do levantamento de mercado e da avaliação das alternativas de contratação, concluiu-se que a solução mais adequada para o atendimento da demanda é a aquisição de gêneros alimentícios isentos de glúten mediante a instituição de Ata de Registro de Preços (ARP).

A escolha por esta modalidade fundamenta-se nas seguintes razões:

Especificidade dos produtos:

- Os gêneros alimentícios destinados a pessoas com doença celíaca possuem características particulares, demandando rigoroso controle de qualidade e comprovação de ausência de glúten, o que restringe a oferta a fornecedores especializados.
- A utilização da ARP possibilita a contratação de fornecedores previamente qualificados, garantindo o fornecimento de produtos seguros, certificados e em conformidade com a legislação sanitária.

Flexibilidade e economicidade:

- O sistema de registro de preços permite que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, de acordo com as necessidades do órgão, evitando desperdícios decorrentes da aquisição de grandes volumes de produtos perecíveis.
- Favorece a racionalização do gasto público, permitindo maior competitividade entre fornecedores e obtenção de preços mais vantajosos.

Continuidade do fornecimento:

- A ARP garante o atendimento contínuo durante a vigência do contrato, com possibilidade de adesão de outros órgãos que possuam demanda semelhante, otimizando recursos e padronizando procedimentos de aquisição.
- Proporciona maior previsibilidade no abastecimento, reduzindo riscos de desabastecimento ou interrupção no fornecimento de gêneros alimentícios destinados a dietas específicas.

Aspectos logísticos e operacionais:

- A contratação via ARP possibilita que as entregas sejam realizadas conforme cronograma previamente definido, em condições adequadas de transporte e armazenamento, minimizando riscos de perda de validade e garantindo o consumo seguro.
- Permite a seleção de fornecedores com capacidade logística comprovada, atendendo tanto às entregas em escala quanto às demandas emergenciais.

Dessa forma, a solução adotada contempla a formalização de Ata de Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios sem glúten, o que assegura o atendimento às necessidades do órgão; garantia de conformidade legal e sanitária; flexibilidade na execução contratual; economicidade e eficiência na gestão pública; fornecimento contínuo e seguro de produtos destinados a pessoas com doença celíaca.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento, respeitando a divisibilidade do bem e visando garantir a ampla concorrência, preferências e benefícios previstos em lei.

A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de contratos, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida nesta Secretaria.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

O alinhamento entre esta contratação e o Planejamento Anual (PCA/2025) não pôde ser realizado previamente, em razão da transferência do Departamento de Segurança Alimentar, que ocorreu após o encerramento do referido planejamento. Com isso, embora não previsto inicialmente, a contratação se mostra necessária, emergente e compatível com as diretrizes estratégicas atuais da Secretaria.

Além disso, a Secretaria não previa demanda para esta contratação devido à não existência da Unidade de Produção e o pedido de demissão voluntária do padeiro responsável pela produção. Esses fatores impactam diretamente a capacidade de fornecimento dos produtos destinados ao público-alvo da ação, tornando a contratação necessária para suprir essa lacuna operacional.

Apesar disso, a presente contratação está plenamente justificada pelo ETP, atendendo à demanda identificada e aos objetivos estratégicos do órgão na promoção da segurança alimentar e nutricional.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a implementação da presente solução, espera-se alcançar resultados de natureza social, nutricional, administrativa e sanitária, consolidando uma política de aquisição que assegure o direito à alimentação adequada para pessoas celíacas e otimize o uso dos recursos públicos, por meio dos seguintes objetivos:

1. Atendimento às necessidades nutricionais de pessoas com doença celíaca

- Garantir produtos seguros, certificados como “sem glúten”, evitando riscos à saúde decorrentes da ingestão acidental da proteína.

- Proporcionar alimentação equilibrada, segura e adequada, conforme preconizado pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

2. Segurança alimentar e qualidade de vida

- Minimizar riscos de contaminação cruzada, assegurando conformidade com a legislação sanitária vigente.
- Promover inclusão e qualidade de vida, reduzindo barreiras ao acesso a alimentação saudável.

3. Eficiência e economicidade na gestão pública

- Assegurar fornecimento contínuo e regular dos produtos, evitando desabastecimento e contratações emergenciais onerosas.
- Otimizar recursos públicos por meio da Ata de Registro de Preços, permitindo aquisições conforme a demanda e reduzindo desperdícios.

4. Sustentabilidade e responsabilidade social

- Incentivar participação de fornecedores locais, pequenos produtores e agricultura familiar, quando possível.
- Promover práticas sustentáveis, preferindo fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

5. Conformidade legal e institucional

- Atender às disposições legais aplicáveis (Lei nº 14.133/2021, RDC nº 26/2015/ANVISA, Lei nº 10.674/2003), garantindo transparência, regularidade e alinhamento às exigências de saúde pública.
- Proporcionar maior segurança jurídica ao processo licitatório e ao contrato a ser firmado.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS:

Serão tomadas providências de elaboração do mapa de preço e termo de referência referente a esta contratação.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, o fornecedor deverá, no que couber:

- Fornecer os produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, que não comprometam a qualidade e segurança alimentar dos produtos, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

17. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA:

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas pela execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a:

1. Entrega e logística

- Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos no Termo de Referência e na proposta, acompanhada da respectiva nota fiscal, com indicações de marca, fabricante, procedência e demais exigências legais.
- Realizar entregas parceladas, conforme planilha de necessidade e solicitação da Contratante.
- Garantir que as embalagens de transporte assegurem proteção, armazenamento adequado (temperatura, umidade, empilhamento) e preservem a integridade dos produtos.
- Substituir produtos em desacordo, sem ônus para a Administração Pública, caso sejam rejeitados pelo recebimento provisório ou fiscalização.

- Assegurar que os dados da embalagem (lote, data de fabricação, validade, nome do produto, quantitativo) correspondam ao conteúdo interno, incluindo embalagens primárias e de consumo.

2. Qualidade, conformidade e segurança dos produtos

- Fornecer produtos rigorosamente de acordo com as especificações da proposta, em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, umidade ou inadequação de conteúdo.
- Responder solidariamente por vícios de qualidade ou quantidade que tornem os produtos impróprios, inadequados ou diminuam seu valor, incluindo discrepâncias com as informações de rotulagem, respeitadas as variações naturais.
- Garantir que todos os itens estejam livres de contaminação e sigam parâmetros de produção conforme legislação vigente para alimentos, incluindo normas específicas para cada produto.
- Embalagens de produtos alimentícios devem ser atóxicas, hermeticamente fechadas e conter informações técnicas, lote, validade e registro no Ministério da Saúde, quando exigido.
- Fornecer produtos sujeitos à Vigilância Sanitária e em conformidade com rotulagem e embalagem exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e legislação do Ministério da Saúde.
- Em caso de interdição ou cancelamento de registro pela ANVISA, substituir o produto por outro de mesma composição e concentração, mediante prévia autorização da Fundação Municipal de Assistência Social, sem custo adicional.

3. Obrigações legais, fiscais e trabalhistas

- Manter durante toda a execução da Ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Assumir integral responsabilidade pelas obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, realizando pagamentos nas datas previstas em lei.
- Apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória do cumprimento da legislação vigente, incluindo encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial emitidas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

- Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares de sua área de atuação.

4. Supervisão, comunicação e acompanhamento

- Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata.
- Comunicar à Contratante, com no mínimo 24 horas de antecedência, qualquer impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, apresentando comprovação.
- Permitir e facilitar fiscalização e inspeção dos produtos e serviços, fornecendo informações e esclarecimentos por escrito sempre que solicitado.
- Fornecer manuais, garantias e demais informações técnicas ou informativas dos produtos, quando aplicável.
- Viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto da Ata.
- Permitir pleno poder à Contratante na supervisão, acompanhamento e controle do desempenho das atividades.

5. Conformidade legal e regulatória

- Observar requisitos ambientais, sanitários e de certificação, incluindo INMETRO e diretiva RoHS quando aplicáveis.
- Garantir rastreabilidade dos produtos, com informações claras sobre lote, fabricação e validade, possibilitando eventual recall ou fiscalização.
- Cumprir integralmente as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), RDCs e demais legislações aplicáveis à execução do contrato.
- Responder por quaisquer sanções decorrentes de informações incompatíveis com as características dos produtos, incluindo recusa de entrega em caso de não conformidade.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A viabilidade deste Estudo Técnico Preliminar é evidenciada pela necessidade de aquisição dos itens mencionados, a fim de manter a execução das atividades da administração direta e indireta do Município de Ponta Grossa/PR.

Considerando as características dos materiais e as informações apresentadas neste ETP, a aquisição do objeto é a única opção cabível e economicamente mais vantajosa, configurando a presente contratação como tecnicamente viável.

Ponta Grossa, 20 de outubro de 2025.

Assinado por:

LAILA WITES BOLZAN

21/10/2025 - 18:08

V2H2LEU0QAGLVWKKUWRPZG

Laila Wites Bolzan Guimarães Oliveira

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Certificado de assinaturas

Arquivo gerado em 21 de outubro de 2025, 18:08:47
Datas e horários baseados em horário de Brasília - Brasil

ETP atualizacao - pedido PGM.pdf



Código para verificação: 23e51d40-ff0a-41e8-b6b3-f3b1cbf1f415

<https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=23e51d40-ff0a-41e8-b6b3-f3b1cbf1f415>

Documento ID: 23e51d40-ff0a-41e8-b6b3-f3b1cbf1f415
Envelope ID: 0732cb41-118a-43e9-875a-3dbb315df57a
Proprietário: LAILA WITES BOLZAN

Assinaturas do documento

LAILA WITES BOLZAN (V2H2LEU0QAGLVWWKUWRPZG)

(Assinatura Elotech)

21 de outubro de 2025, 18:08:46

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

1. SETOR REQUISITANTE:

(UNIDADE/ SETOR/ DEPARTAMENTO): Gabinete

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Camila Calisto Sanches

MATRÍCULA: 32988

E-MAIL: smfdscompraslicitacoes@gmail.com

TELEFONE: 42 32201048 ramal 2401

2. **OBJETO:** aquisição de PRODUTOS ISENTOS DE GLÚTEN, mediante Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

() SERVIÇO NÃO CONTINUADO

(X) SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

() SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

() MATERIAL DE CONSUMO

() MATERIAL PERMANENTE / EQUIPAMENTO

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

() PREGÃO

(X) REGISTRO DE PREÇOS

() DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO:

A presente demanda visa à contratação de fornecimento de serviços para atendimento de pacientes celíacos cadastrados junto a Superintendência de Segurança Alimentar, que retiram combos de alimentos isentos de glúten junto a SAN.

A aquisição é necessária devido ao vencimento do contrato com o prestador anterior e ao desabastecimento de produtos atual, o que gera impossibilidade na continuidade de antedimento do serviços.

- () NOVA CONTRATAÇÃO
() NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL
(X) NOVA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA CONTRATANTE
() NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DA NEGATIVA DO CONTRATADO NA RENOVAÇÃO

5. DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA E QUANTIDADE DO MATERIAL/SERVIÇO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Pão de forma SEM GLÚTEN: pacote – mínimo 300 gramas. Composição mínima do pão: Água, amido de milho, farinha de arroz, fibra vegetal (psyllium), espessante: hidroxipropilmetilcelulose, óleo de girassol, proteína de soja, fermento biológico, sal, fibra de cítricos, açúcar, acidificante: ácido.	Pacote entre 300 e 500 g	2.400
2	Biscoito doce SEM GLÚTEN: pacote – mínimo 100 gramas. Composição mínima dos biscoitos doces: farinha de arroz (convencional ou integral), melado de cana de cana ou açúcar (convencional ou demerara), amido, milho integral em pó, açúcar mascavo, óleos vegetais (milho, e/ou girassol, e/ou algodão), extrato de soja, pode conter castanhas do Pará e/ou caju, maltodextrina, emulsificante natural lecitina de soja, fermentos fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio e aromas.	Pacote entre 100 e 300g	2.400
3	Bolo doce SEM GLÚTEN, sabores variados, unidade, mínimo 200 gramas. Composição mínima dos bolos: Amido modificado, açúcar (comum ou demerara), óleos vegetais (soja e ou milho), clara de ovo em pó, amido (mandioca e/ou milho e/ou batata), chia em grãos, sal, estabilizantes maltitol, hidroxipropilmetilcelulose e goma xantana, fermentos bicarbonato de sódio, fosfato de sódio e alumínio, fosfato monocálcico, emulsificantes lecitina de soja e estearoil-2-lactil lactato de sódio, conservante propionato de cálcio, aroma e acidulante ácido cítrico.	Pacote entre 200g e 400g	2.400
4	Biscoito salgado, SEM GLÚTEN, pacote de no mínimo 50 gramas. Composição mínima dos biscoitos salgados: Tapioca, extrato de soja, óleos vegetais (milho e ou girassol e ou algodão), amido, açúcar (comum ou demerara), glicose em pó, sal (comum ou light), fermentos fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, emulsificante natural lecitina de soja e aroma.	Pacote entre 50g e 200g	2.400

6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

☐ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO PMPG / 2025 - SMFDS:

☒ NÃO HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO PMPG / 2025 -
SMFDS JUSTIFICAR EXAUSTIVAMENTE

Em razão da reestruturação administrativa promovida pela **Lei Municipal nº 15.393/2025**, publicada em 17 de janeiro de 2025, as atribuições do então Departamento de Segurança Alimentar da FASPG foram transferidas para a recém-criada **Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional**, vinculada à SMFDS.

Todavia, a simples publicação da norma **não tem o condão de operar**, de forma imediata, a **transferência das dotações orçamentárias nem da responsabilidade pela execução das despesas públicas**. Isso porque o orçamento anual, previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), segue a estrutura administrativa vigente à época de sua elaboração e aprovação, conforme disposto no art. 165, §§ 5º e 8º da Constituição Federal e no art. 4º da Lei nº 4.320/1964. Portanto, embora a **nova estrutura administrativa tenha sido criada em janeiro**, a sua **implementação efetiva e orçamentária somente poderá ser formalizada no exercício seguinte**, ou seja, em **2026**, quando da aprovação de nova LOA com a devida previsão das unidades orçamentárias reorganizadas.

Dessa forma, até que haja a transferência das dotações e a adaptação do PPA e da LOA às novas unidades administrativas, a **responsabilidade pela execução orçamentária, financeira e administrativa dos programas e ações vinculados ao extinto Departamento permanece com a FASPG, nos termos do art. 167, inciso I, da Constituição Federal**, que proíbe o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- Requisitos técnicos:

- Rotulagem adequada sobre de acordo com a Lei nº 10.674/2003
- Sem contaminação cruzada durante a produção;
- Devem atender às medidas e especificações técnicas adequadas da Secretaria;

- Requisitos legais:

- Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que rege os procedimentos de contratação pública;
- Lei Complementar nº 123/2006 – Estabelece o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) – Aplicável subsidiariamente no que diz respeito à qualidade dos produtos e à responsabilidade pelo fornecimento;
- Decreto nº 11.246/2022 (ou equivalente vigente) - Regulamenta a aplicação da Nova Lei de Licitações no âmbito do Poder Executivo Federal, podendo servir de referência;
- Lei Federal 10.674 de 2003.
- Portaria 307 de 2009.
- Demais legislações aplicáveis ao caso, a depender das necessidades da Administração Contratante;

- Requisitos de Fornecimento e Logística:

- Entrega parcelada, conforme demanda e mediante solicitação formal da Secretaria;
- Prazo de entrega máximo de 10 (dez) dias corridos após a emissão da ordem de fornecimento;
- Local de entrega: Panificadora Tia Nastácia, ou outro endereço indicado no momento do pedido;
- O fornecedor deverá garantir a substituição imediata de itens com defeito de fabricação ou fora das especificações;

- Requisitos de sustentabilidade: A empresa contratada deverá seguir as normativas vigentes que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, observando as Normas da ANVISA, outras normas que regulamentam procedimentos a serem executados no escopo do contrato.

8. PREVISÃO DE DATA DE INÍCIO DA EXECUÇÃO UTILIZAÇÃO:

- Data de início: após a finalização do processo licitatório;
- Prazo e condição de entrega: 15 dias após emissão do empenho e solicitação para a empresa;
- Local de entrega: **Panificadora Tia Nastácia.**

Rua Tobias Monteiro, 58 Centro – Ponta Grossa	Panificadora Tia Nastácia. Horário para recebimento: de segunda a quinta-feira das 09h00 às 16h00
---	---

- Informar se entrega única ou parcelada: A entrega ocorrerá de forma parcelada e progressiva, conforme os prazos, marcos e condições estabelecidos no Plano de Trabalho e Cronograma de Execução, a ser pactuado entre as partes após a formalização contratual.

9. FONTES DE RECURSOS / DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Cód. red.: 1256

Órgão: 200010812200102.192/3390300000

Recurso próprio – 1000

10. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá, por regra, a duração de 12 (doze) meses, renovável por igual período, a depender da necessidade e conveniência da Administração.

☒ RENOVÁVEL

11. FISCAIS E GESTOR DO CONTRATO

Gestor: JANEFFER DESSELMAN

Matrícula: 33047

Suplente de gestor:

LEILA BATISTA GUSE MARTINS

Matrícula: 30612

Fiscal administrativo:

DEBORA MARIA MORETÃO DE AVILA

Matrícula 33716

Suplente de fiscal administrativo: AGNALDO LARA DOS SANTOS

Matrícula: 32530

Fiscal técnico:

DAMARIS BERALDI GODOY LEITE

Matrícula: 31875

Suplente de fiscal técnico:

FERNANDA CAROLINE FONSECA

Matrícula: 33718

12. GRAU DE NECESSIDADE

☐ BAIXO

☐ MÉDIO

☒ ALTO

13. OBSERVAÇÕES

Ponta Grossa, 20 de outubro de 2025

Rua Balduino Taques, nº 445, Bairro Centro - Ponta Grossa - Paraná - CEP: 84010-050 - Telefone:
42 3220-1048

Assinado por:

Camila Calisto Sanches

20/10/2025 - 15:58

SS2YG04HTVSTXHAZJFQNF

Camila Calisto Sanches
Secretária da Família e Desenvolvimento Social

Certificado de assinaturas

Arquivo gerado em 21 de outubro de 2025, 17:52:49
Datas e horários baseados em horário de Brasília - Brasil

DFD atualizacao - pedido PGM.pdf



Código para verificação: 73547960-8cb7-442a-99bf-71c4091d1154

<https://pontagrossa.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=73547960-8cb7-442a-99bf-71c4091d1154>

Documento ID: 73547960-8cb7-442a-99bf-71c4091d1154
Envelope ID: fe59c0a3-9688-4d39-ac45-59155a9988fc
Proprietário: LAILA WITES BOLZAN

Assinaturas do documento

Camila Calisto Sanches (SS2YG04HTVSTXHAZJFQNFV)

(Assinatura Elotech)

20 de outubro de 2025, 15:58:36